

Veículo: Política Livre	
Data: 28/05/2020	Caderno: Economia



28 de maio de 2020 | 17:17

## ***Programa de Educação Fiscal da Bahia será apresentado em webinar da Sefaz Ceará***

### **BAHIA**

Dentro da Semana de Educação Fiscal promovida pela Secretaria da Fazenda do Ceará, a Bahia participará de um painel virtual apresentando os projetos do **Programa de Educação Fiscal do Estado da Bahia (PEF-Ba), como Educação Fiscal nas Escolas, Sua Nota é um Show de Solidariedade, Nota Premiada Bahia e o Preço da Hora Bahia**, lançado no dia 11 de abril. A apresentação será ao vivo via YouTube, nesta sexta-feira (29), às 9h. Para assistir, basta entrar no link <https://youtu.be/1Pd-LEJVt-o>.

A exibição integra o painel “Educação fiscal no Brasil em tempos de distanciamento social”, que reunirá, além da Bahia, coordenadores que atuam com educação fiscal nos estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Ceará. Esse é o painel de encerramento do evento, realizado de 25 a 29 de maio.

De acordo com Luís Henrique Brandão, coordenador de Educação Fiscal da Bahia, a campanha Nota Premiada e o programa Sua Nota é um Show são iniciativas complementares, que estimulam a cidadania fiscal e a ação social simultaneamente. “Ao mesmo tempo em que o cidadão cobra a emissão da nota fiscal, ele concorre a prêmios e ajuda instituições filantrópicas de toda a Bahia, tudo de forma automatizada. E o lançamento recente do Preço da Hora Bahia é mais um reforço para os cidadãos solicitarem as notas fiscais”.

Ele ressalta também que a educação como um todo está sendo reestruturada no Brasil e no mundo, o que também inclui a educação fiscal. “Os fiscos e as secretarias de educação de todo o país estão unidos para discutir e definir esse novo formato nas escolas, voltado cada vez mais para o meio virtual. E a Bahia não ficará fora dessa nova realidade”.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 29/05/2020	Página: B2

## Governo baiano cria grupo para retomada da economia

**RAUL AGUILAR**

Está publicado no Diário Oficial de hoje um decreto criando um Grupo de Trabalho (GT) para retomada da economia, no pós-pandemia, na Bahia. O GT começa suas atividades na próxima segunda-feira, dia 1º.

O governador Rui Costa (PT) revelou ontem, durante live em uma rede social, que o projeto será construído por secretários de estado em parceria com a Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado da Bahia (FETRAF-BAHIA/CUT) e com sindicatos e associação dos trabalhadores.

“Hoje [ontem] nós fizemos uma reunião importantíssima com formação de um grupo de trabalho envolvendo secretários de estado, a Federação das Indústrias, a Federação do Comércio e a Federação da Agricultura familiar. Com o objetivo de fazer um planejamento para retomada e aceleração do emprego e da renda após a pandemia. Já temos um esboço deste projeto e vamos compartilhar e recolher sugestões das federações e dos trabalhadores, dos sindicatos, para retomada da economia, geração de emprego e renda na Bahia”, ressaltou Rui Costa.

## Setores se reúnem para discutir retomada gradual

**A PARTIR DE JUNHO** O vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou que a gestão municipal tem se reunido com representantes de vários segmentos da economia local para discutir os protocolos de segurança que devem ser seguidos para que as atividades comerciais sejam gradualmente retomadas em Salvador. Ele sinalizou que a capital pode ter uma reabertura a partir do início do mês que vem.

“Nós iniciamos essas discussões e esperamos que, se tudo funcionar bem até domingo (31), ainda mais com essas medidas que adotamos ao longo desta semana, a gente possa, no início de junho, começar a flexibilizar e ir tentando retomar a rotina

da cidade”, afirmou, em entrevista ao PNotícias, na Pia-tã FM, na manhã de ontem.

Questionado sobre a possibilidade de medidas mais duras, como o lockdown citado ontem por ACM Neto, Bruno Reis disse que o trabalho é para evitar que isso ocorra.

“Esperamos não ter que chegar ao toque de recolher e ao lockdown. Vamos continuar mantendo a nossa estratégia. Mas, para isso, é preciso ter a compreensão da população”, diz. “Quem mais quer que a cidade retorne à rotina somos nós”, acrescenta.

Ele destacou ainda que o esforço conjunto da prefeitura e do governo estadual tem prorrogado o colapso da



**O vice-prefeito Bruno Reis pediu o apoio da população**



**Rui Costa anunciou criação de comissão para pensar o retorno**

rede pública de saúde com a oferta de mais leitos.

No estado, a retomada das atividades empresariais foi discutida em videoconferência, na tarde de ontem, pelo governador Rui Costa e o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, além de membros da diretoria e conselheiros da entidade.

Em transmissão nas redes sociais, o governador informou que ficou acordada a criação de uma comissão para discutir o retorno juntamente com adoção de protocolos de segurança. Esta comissão será formada por secretários da administração estadual e integrantes das federações do Comércio, Indústria e Agricultura.

Segundo o governador, a previsão é de que a primeira reunião ocorra na próxima semana. “Amanhã [hoje] assino o decreto que viabiliza a formação desse grupo de trabalho”, informou o governador.

# Tribuna

## Impacto

Em audiência pública por conferência virtual, realizada na manhã de ontem, o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, apresentou à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara de Vereadores o relatório de gestão fiscal de Salvador relativo ao 1º quadrimestre de 2020. O documento revela o impacto da crise sanitária nos cofres públicos da Prefeitura.

## Retomada

A retomada das atividades empresariais no estado foi discutida em videoconferência, na tarde de ontem, pelo governador Rui Costa e o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, além de membros da diretoria e conselheiros da entidade. Em transmissão nas redes sociais, na noite de ontem, Rui informou que ficou acordada a criação de uma comissão para discutir o retorno juntamente com adoção de protocolos de segurança. Esta comissão será formada por secretários da administração estadual e integrantes das federações do Comércio, Indústria e Agricultura.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 28 de Maio de 2020 - 20:36

## ***Bahia cria comissão para debater retomada da atividade empresarial***

A retomada das atividades empresariais no estado foi discutida, em videoconferência, na tarde desta quinta-feira (28), pelo governador Rui Costa com o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, além de membros da diretoria e conselheiros da entidade.

Em transmissão nas redes sociais na noite de hoje, Rui Costa informou que ficou acordada a criação de uma comissão para discutir o retorno juntamente com adoção de protocolos de segurança. Esta comissão será formada por secretários da administração estadual e integrantes das federações do Comércio, Indústria e Agricultura.

Segundo o governador, a previsão é de que a primeira reunião ocorra na próxima semana. "O objetivo é fazer um planejamento da retomada e aceleração da geração de emprego e da renda na Bahia após a pandemia. Já temos um esboço de projeto que será compartilhado com as federações e recolher as contribuições dos diferentes setores. Queremos ouvir também sugestões dos trabalhadores e sindicatos. Amanhã [sexta-feira, 29] assino o decreto que viabiliza a formação desse grupo de trabalho. A primeira reunião já acontecerá na segunda-feira (1º)".

O presidente da Fieb, Ricardo Alban, destacou a relevância da iniciativa para melhor estruturar este momento de retomada. "A participação do governador Rui Costa na reunião da Diretoria da FIEB foi fundamental para o setor industrial. Ao conversar com empresários baianos e entender suas dificuldades neste momento de pandemia, decidi criar um grupo de trabalho para discutir a retomada do setor produtivo, valorizando produtores locais e reunindo comércio, indústria e agricultura. Este grupo pode ajudar a construir saídas para as empresas, em um momento tão difícil e desafiador".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/05/2020	



## RUI CRITICA VETO A EXECUÇÃO DE GARANTIAS DA UNIÃO PARA EMPRÉSTIMOS DO ESTADO



O governador Rui Costa criticou nesta quinta-feira (28) o veto do presidente Jair Bolsonaro a execução de garantias da União em dívidas renegociadas com os estados. Para Rui, o veto irá tornar mais difícil a contração de empréstimos pelos estados. “Esse empréstimo tem um peso considerável para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Historicamente, os bancos internacionais tem uma taxa de juros menor e por isso essas regiões preferem se envidiar com eles. Não impede uma renegociação, mas o caminho fica mais difícil. Tudo depende de como vai se comportar a economia nos próximos meses. Esse valor que o governo federal está aportando representa 50% da queda prevista de arrecadação. se a queda for projetada, ficará em 50%, o que amplia a dificuldade da manutenção dos serviços públicos”, declarou o governador.

O veto foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta na sanção da lei complementar 173/20, com medidas de auxílio financeiro a Estados e municípios durante a pandemia do coronavírus. Entre outros vetos, está o reajuste no salário de servidores até 2021.

Foto: André Carvalho / Ag. Haack / Bahia Notícias

**COVID-19** Objetivo é beneficiar 10 mil famílias de trabalhadores rurais da Bahia

## ESTADO LANÇA EDITAL DE R\$ 15 MI PARA AGRICULTORES



### DA REDAÇÃO

Foram abertas ontem as inscrições para o edital emergencial de R\$ 15 milhões que deve beneficiar 10 mil famílias de agricultores baianos em meio à pandemia da Covid-19. Para obter o recurso, o agricultor precisa enviar, até 23 de junho, Proposta de Manifestação de Interesse por meio de formulário eletrônico no site da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Questionado sobre o por-

quê do edital abranger apenas 10 mil famílias, o secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes, afirmou que a decisão foi tomada por falta de recursos para abranger contingente maior de trabalhadores. O objetivo da iniciativa é evitar queda na produção agrícola por causa da pandemia, o que acarretaria em aumento de preços ao consumidor.

"Esse edital foi pensado porque, atendendo esse momento que o país enfrenta, nossa percepção é de que alguns produtos agrícolas vão sofrer diminuição na produção deles. Como as famílias diminuiriam a intensidade do trabalho, a produção de pro-



Josias Gomes diz que objetivo é evitar queda na produção

duto como tomate, maxixe e repolho pode cair e haver aumento no preço na feira", explicou o titular da SDR, em entrevista ao "Isso é Bahia", na rádio A TARDE FM.

A perspectiva é que 300 projetos sejam contemplados nos 27 territórios de identidade do estado. Com isso, cada um deles terá, no mínimo, 10 iniciativas aprovadas, com valor de, no máximo, R\$ 50 mil.

Os interessados deverão encaminhar proposta elaborada com o apoio de uma instituição de assistência técnica e extensão rural (Ater), ou

uma secretaria municipal de agricultura ou desenvolvimento rural, consórcio público territorial, que ofertem esses serviços de assistência técnica. Segundo Josias, a lista completa de parceiros está no site da SDR e da CAR. O objetivo é garantir uma rápida implementação dos investimentos e o acompanhamento técnico posterior.

Poderão participar as associações e cooperativas da agricultura familiar, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, fundo e fecho de pasto, quilombolas, indígenas e povos de terreiros que

ainda não foram beneficiados pelos projetos Bahia Produtiva e Pró-Semiárido que são executados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Os recursos do edital são oriundos do Tesouro do Estado da Bahia e do Acordo de Empréstimo, firmado entre o Estado e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com a contrapartida dos beneficiários.

Ainda segundo o secretário, com a pandemia, cooperativas têm usado alternativas como o delivery para escoar a produção. Uma iniciativa do governo para au-

xiliar os agricultores está relacionada às feiras, principal forma de comercialização para os trabalhadores rurais. Além da entrega de um kit com equipamentos de proteção individual e higienização, a SDR toca um projeto chamado "Viva Feira".

"Nos municípios que os prefeitos estão reabrindo ou mantendo as feiras, estamos com um projeto chamado Viva Feira, com recuperação de feiras livres e mercados no sentido de dar nova roupagem, atrair novos clientes, já que as feiras são os supermercados dos agricultores familiares", afirmou. De acordo com Josias, 50 municípios receberam recursos para esta finalidade.

# Tribuna

## Leitos

Ontem, no Twitter, o secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, anunciou a abertura de novos leitos de UTI em Salvador e em outras cidades baianas. Ao todo, serão mais de 50. "Com o apoio do governador Rui Costa, todos os dias abrimos novos leitos de UTI na capital e no interior. Somente em Salvador, o Governo



**Fábio Vilas-Boas**

abriu 41 leitos de UTI em 24h. De hoje para amanhã, serão abertos mais 50 leitos UTI para Covid. Essas ações estão ajudando a reduzir a taxa de ocupação", postou.

Veículo: Política Livre	
Data: 29/05/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

28 de maio de 2020 | 15:08

## **Governo abre 41 novos leitos de UTI na capital e mais 50 são prometidos nesta sexta pelo secretário**

**BAHIA**

O Governo do Estado abriu, de ontem para hoje, 41 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Salvador. A informação foi dada na tarde desta quinta-feira (28) pelo secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

“Com o apoio do governador Rui Costa, todos os dias abrimos novos leitos de UTI na capital e no interior. Somente em Salvador, o Governo abriu 41 leitos de UTI em 24h”, escreveu o titular da Sesab.

“De hoje para amanhã, serão abertos mais 50 leitos de UTI para Covid-19. Essas ações estão ajudando a reduzir a taxa de ocupação”, prometeu Vilas-Boas.

### **Confira a publicação:**



**Fábio Vilas-Boas** ✓  
@fabiovboas

Com o apoio do @costa\_rui todos os dias abrimos novos leitos de UTI na capital e no interior. Somente em Salvador, o Governo abriu 41 leitos de UTI em 24h. De hoje para amanhã, serão abertos mais 50 leitos UTI para Covid. Essas ações estão ajudando a reduzir a taxa de ocupação.



1:59 PM · May 28, 2020

## ECONOMIA

**CRISE** Por causa da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, as fábricas de calçados da Azaleia, localizada em Itapetinga, no Sudoeste da Bahia, e da Ramarim, em Santo Antônio de Jesus, decidiram encerrar suas operações. Com o fechamento dessas unidades, cerca de 900 trabalhadores foram demitidos.

Conforme noticiou a TV Bahia, na Azaleia, as demissões alcançam 600 trabalhadores. Os desligamentos já começaram a acontecer hoje. De acordo com a matéria, o Sindicato de Calçados de Itapetinga informou que as demissões foram justificadas para a redução de custos com os transportes dos trabalhadores, que moram em outras cidades como Macarã, Itambé, Itororó, Firmi- no Alves e Caatiba.

O sindicato acrescentou que conseguiu um acordo com a empresa e, se os funcionários quiserem morar em Itapetinga ou irem para o

## Fábricas de calçados demitem 900 na Bahia

**50 MIL**  
pares de sapatos são produzidos todos os dias pela Ramarim, em cinco diferentes fábricas distribuídas pelo país. O grupo foi fundado há quase 60 anos

**300**  
funcionários foram demitidos com o fechamento da unidade localizada em Santo Antônio de Jesus

trabalho por conta própria, não serão demitidos e receberão ajuda de custo mensal de R\$ 140. Já para os empregados que não aderirem, a empresa dará os devidos direitos trabalhistas e cestas básicas por um ano.

Já o fechamento da unidade Ramarim, em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano, foi anunciada na última terça-feira. Devido ao fechamento, relacionado à crise causada pela pandemia, há informações prévias de que mais de 300 funcionários foram demitidos. A indústria pertence a um grupo gaúcho e tinha sido

instalada há apenas cinco anos.

Em nota a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE) informou que está acompanhando o anúncio. A secretaria teve uma reunião com executivos da empresa, que justificaram que a "interrupção" foi necessária, mas que os direitos trabalhistas dos empregados serão respeitados. A pasta informou ao CORREIO que a unidade empregava cerca de 400 pessoas.

A companhia também afirmou à SDE que há possibilidade de transferência de alguns funcionários para as duas unidades fabris de Jequié, onde será concentrada a produção da marca.

A secretaria lamentou os desligamentos dos funcionários e disse que, numa perspectiva de melhoria do mercado pós-pandemia, será avaliada a possibilidade de retorno da operação na fábrica.

Através de comunicado, o Grupo Ramarim escreveu:

"Proseguimos esperançosos e trabalhando forte, nos reinventando a cada dia, para que em breve um cenário de normalidade retorne a todos, podendo assim dar continuidade aos nossos planos de crescimento contínuo, como sempre foi nossa vocação ao longo de toda nossa história".

Presidente do sindicato patronal do comércio varejista (Sincomsaj) da cidade, Herivaldo Bittencourt Nery comentou que a decisão acrescenta mais uma dificuldade para a economia santoantoniense. "Com certeza, vai fazer uma grande diferença para o município somada às tantas dificuldades que estamos enfrentando agora", disse ele, recordando ainda a situação da fábrica de medicamentos Natulab, fechada pela justiça devido à ocorrência de casos de coronavírus em quatro operários da unidade.

O Grupo Ramarim foi fundado há quase 60 anos.

# Correio\*

## RECEITA MUNICIPAL TEM QUEDA DE R\$ 111 MILHÕES

**ARRECAÇÃO** O relatório de gestão fiscal de Salvador relativo ao 1º quadrimestre deste ano foi apresentado pelo secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, em conferência virtual, ontem, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara de Vereadores. O documento mostrou o impacto da crise da pandemia nos cofres públicos da prefeitura. Os números mostram dois cenários distintos: um positivo, no período anterior a 21 de março, e o outro negativo, quando começou o avanço da covid-19. Desde então, somente os serviços essenciais que continuaram funcionando, mesmo de forma limitada, tiveram panorama positivo, como saúde, comércio de alimentos e transportes. No total, a queda das receitas correntes próprias de Salvador entre 21 de março e 25 de maio deste ano somou R\$ 111 milhões - e o valor será ainda maior ao final de maio. Apesar disso, em números gerais, o 1º quadrimestre de 2020 registrou um total de receitas maior do que o de despesas, gerando superávit.

# 2,5

bilhões de reais foi a receita total acumulada neste primeiro quadrimestre pela prefeitura

# 9,2%

é quanto representa a melhoria, em termos reais, da que foi registrada no mesmo período de 2019

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 28 de Maio de 2020 - 20:00

## ***Salvador teve queda de arrecadação durante período de enfrentamento à pandemia, revela Fazenda***

Um relatório apresentado pelo secretário da Fazenda de Salvador, Paulo Souto, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador revelou uma queda na arrecadação da cidade no primeiro quadrimestre de 2020.

A redução na arrecadação, de acordo com a pasta, está relacionada as ações de enfrentamento ao coronavírus, que envolve "implantação do isolamento social e a suspensão das atividades econômicas em geral, à exceção daquelas definidas legalmente como essenciais, a saber: Saúde, incluindo farmácias, Comércio de Alimentos e Transportes".

O levantamento demonstrou ainda um cenário positivo ao ser observado o período anterior a 21 de março. "No período compreendido entre o dia 1º e o dia 20 de março elas [arrecadação de impostos] registraram um crescimento de 24%, o que significa um aumento de R\$ 33 milhões de um ano para o outro. Já no período do dia 21 até o final do mês de março o que se verificou foi uma queda de 7,8% nessas mesmas receitas, estabelecendo uma perda de R\$ 6,7 milhões comparado com o mesmo período do ano anterior".

A pasta pontua ainda que "essas quedas de receita observadas no terço final de março só se acentuaram em abril e maio".

Em abril a redução foi de 18,6%, o que corresponde a uma perda de receita de R\$ 40 milhões, e em maio, computada até o dia 25 do mês, foi de 33%, configurada uma perda de R\$ 64 milhões.

No total, a queda das receitas correntes próprias de Salvador entre 21 de março e 25 de maio de 2020 somou R\$ 111 milhões, valor este que, infelizmente, será ainda maior ao final do corrente mês de maio.

### COVID-19

Um destaque especial nas despesas municipais têm sido as aplicações em ações de saúde voltadas ao enfrentamento da Covid-19. Os dados exibidos pelo secretário Paulo Souto mostram que esses gastos necessários somam R\$ 149 milhões de março até maio, sendo que 70% desse montante, o que corresponde a R\$ 104 milhões, formados por recursos próprios do município.

A receita total acumulada foi de R\$ 2,5 bilhões, 9,2% em melhor em termos reais que a apurada em igual período de 2019. As despesas totais somaram R\$ 2 bilhões, 4,8% em valores reais a mais do que em igual período de 2019. Registrou-se no quadrimestre um superavit corrente de R\$ 424 milhões e um superavit orçamentário de R\$ 534 milhões. As despesas com pessoal registraram um índice de 37,4% da receita corrente líquida - pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite é de 48,6%.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 29/05/2020	



## **BA: Planserv adota medidas para ampliar atendimento aos beneficiários com coronavírus**

*Plano recentemente firmou convênio com a Clínica Santa Helena, com leitos de UTI para diagnosticados com o vírus*

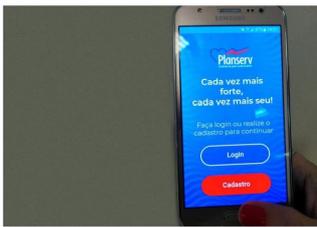


Foto: Secom/ Planserv

O Planserv ampliou o atendimento aos beneficiários durante a pandemia da Covid-19 com a recente contratação da Clínica Santa Helena. Já estão disponíveis nessa unidade os leitos de internamento em unidade aberta e UTI para os beneficiários com diagnóstico da doença.

Outras unidades estão em processo de contratação, em conformidade com a Lei Federal Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Em sua rede credenciada, o Planserv disponibiliza o atendimento aos pacientes nas seguintes unidades: Hospital Salvador, Hospital da Bahia, Hospital Agenor Paiva, Hospital da Cidade, Hospital Evangélico, Hospital Prohope, Hospital Santa Izabel, Hospital Português e Hospital Santa Helena – Camaçari (Emergência Adulto); Hospital Agenor Paiva, Hospital da Cidade, Hospital Santa Izabel e Sokids (Emergência Pediátrica).

A respeito dos testes para a doença, o atendimento aos beneficiários com suspeita do novo coronavírus está garantido na rede credenciada. A indicação para realização do exame é feita conforme as diretrizes do Ministério da Saúde no ato do atendimento, mediante justificativa técnica pela equipe de saúde.

“Nossa equipe está trabalhando continuamente para viabilizar serviços que possam garantir o suporte médico necessário aos pacientes com diagnóstico da Covid-19”, afirma a coordenadora geral do Planserv, Socorro Brito.

Veículo: Política Livre	
Data: 29/05/2020	Caderno: Economia



29 de maio de 2020 | 06:40

## ***Estados manobram para não pagar dívida com bancos internacionais***

### **BRASIL**

Sem consenso com o governo sobre as regras para suspensão das dívidas com instituições internacionais, governadores planejam tentar no Congresso a derrubada de um veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no pacote de socorro financeiro aos estados e municípios por causa da crise do novo coronavírus.

Os secretários de Fazenda estaduais querem parar de pagar essas parcelas a organismos multilaterais, como Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), durante a pandemia. A fatura, pela lógica dos chefes regionais, ficaria com a União, que não poderia reduzir os repasses aos governadores e prefeitos como compensação.

O Ministério da Economia diz que a estratégia poderá colocar o Brasil num impasse internacional. Sem o veto, a situação do Brasil, na avaliação de técnicos, poderia ser considerada calote, inviabilizando empréstimos com organizações multilaterais. Bolsonaro sancionou o plano de ajuda financeira com quatro vetos.

Foi vetado o trecho que permitiria reajustes salariais a algumas categorias do funcionalismo, como policiais e Forças Armadas, mesmo diante das dificuldades financeiras. O presidente chegou a apoiar a brecha para essas corporações, quando o projeto estava em discussão no Congresso. Após críticas, ele recuou.

Além do impasse com governadores e desgaste com servidores públicos, os vetos de Bolsonaro reduziram o plano de ajuda financeira de R\$ 125,6 bilhões para aproximadamente R\$ 120 bilhões.

O Congresso aprovou uma versão que também permitia a suspensão das dívidas previdenciárias com a União. Isso daria um alívio de R\$ 5,6 bilhões aos caixas dos municípios. Porém, o governo vetou essa trecho da lei, o que incomodou prefeitos.

Do total do pacote, R\$ 60 bilhões são de repasses diretos aos caixas dos estados e municípios. Para ter acesso ao dinheiro, governadores e prefeitos têm duas contrapartidas: congelamento salarial dos servidores e abrir mão de ações judiciais relacionadas à dívida com a União.

Governos regionais pedem dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando, inclusive para pagar salários. O Ministério da Economia ainda não deu prazo para pagamento da primeira parcela. “A gente acredita, o mais provável é que essas transferências ocorram a partir da próxima semana”, disse o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

Mas isso, segundo técnicos, poderá ocorrer apenas em 8 de junho. O atraso já não incomoda tanto gestores estaduais. A disputa agora com o ministro Paulo Guedes (Economia) é sobre as regras para interromper temporariamente o pagamento das dívidas contratadas com organizações multilaterais. Essa medida deveria representar um alívio de R\$ 10,7 bilhões.

Técnicos da Economia, secretários de Fazenda estaduais e o Banco Mundial travaram um embate sobre as consequências de adiar esses pagamentos. O time de Guedes pediu o veto para não dar margem a um embate internacional.

O Banco Mundial alertou para, em caso de calote, o país poder perder acesso a fontes de assistência multilateral, como recursos do FMI (Fundo Monetário Internacional). Para integrantes do governo, o veto ainda permite que governadores e prefeitos renegociem as parcelas com essas instituições e, em caso de suspensão da dívida, o Tesouro vai cobrir a fatura, mas também vai poder reduzir repasses aos governadores e prefeitos.

Os governos regionais, contudo, não querem perder recursos. Os efeitos de eventual derrubada do veto gera um debate mesmo dentro do Ministério da Economia.

Alguns dizem acreditar que, se os estados foram vitoriosos na votação no Congresso, a União pagaria as parcelas para os bancos, mas não poderia compensar o custo, reduzindo transferências via FPE (fundo que destina dinheiro para os estados).

Outros técnicos concordam com a interpretação do Banco Mundial: se o veto for derrubado, as instituições internacionais não vão receber os pagamentos (nem da União) e o Brasil seria considerado caloteiro. O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda), Rafael Fonteles, disse, para os bancos multilaterais, não haverá nenhum impacto, pois as parcelas seriam honradas pelo Tesouro –a União foi avalista desses contratos.

A nova disputa em torno do plano de socorro, portanto, coloca do Palácio do Planalto entre um possível impasse internacional e a insatisfação de governadores. O pacote de socorro financeiro estava à espera da sanção presidencial há quase 20 dias. O auxílio financeiro aos governos regionais começou a ser discutido no Congresso em abril.

Bolsonaro adiou o ato até o último dia do prazo, quarta-feira (27). Ele quis aproveitar esse período para agradar parte de sua base eleitoral: policiais. O governo garantiu reajuste salarial a policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal e conseguiu aprovar no Congresso uma MP que reestrutura a PF (Polícia Federal).

O plano de ajuda aos governadores e prefeitos impede o aumento de despesas com pessoal. O congelamento salarial, após o veto de Bolsonaro, deve representar uma economia de R\$ 130 bilhões à União, estados e municípios, de acordo com o time de Guedes. A versão do Congresso teria impacto de R\$ 43 bilhões.

O quarto e último veto de Bolsonaro foi a um dispositivo que previa a suspensão de todos os concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais já homologados até o fim do estado de calamidade pública – 31 de dezembro de 2020.

*Folha de S. Paulo*

# Tribuna

## Venda de medicamentos cresce durante a pandemia

YURI ABREU  
REPORTER

**M**otivados pela pandemia de Covid-19, principalmente como forma de aumentar as defesas do organismo, muita gente na Bahia ampliou a corrida às farmácias em busca de medicamentos relacionados ou não com a doença. De acordo com um levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), que contempla dados de todos os estados brasileiros, cinco dos seis produtos pesquisados registram aumento nas vendas.

As informações levam em conta o período entre março deste ano e março do ano passado. A Vitamina C (ácido ascórbico) teve acréscimo de 87% nas vendas, passando dos 201.556 unidades para mais de 1,6 milhão há dois meses. A Vitamina D (colecalférol) subiu 56%. Foram 48.955 unidades vendidas em março do ano passado, contra 113.180 no mesmo mês de 2020.

Outro medicamento, a dipirona, utilizada pra dor, teve elevação de 57% (832.667 em março de 2019, contra 1.954.864 em março deste ano). O paracetamol, aumentou 70%: saiu de 161.453 unidades vendidas, em março do ano passado, para 521.599 unidades em março de 2020. O ibuprofeno – substância que chegou a ser considerada prejudicial contra o coronavírus, há dois meses – teve uma redução das vendas, no período, de 13%.

Por último, a cloroquina, considerada a "salvadora da pátria" pelo presidente Jair Bolsonaro no tratamento



Foto: Reginaldo Ipié

### COMPRAS

À vitamina c, por exemplo, teve um incremento de 87% nas vendas nas farmácias

contra a Covid-19 – ainda que não haja qualquer comprovação científica dos benefícios dela no combate à doença e a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter suspenso os testes com a substância para reavaliar sua segurança dela antes de retomar as pesquisas – teve aumento, na Bahia, de 73%. O medicamento, vale ressaltar, geralmente é usado no tratamento da malária.

"Em relação ao aumento na venda dos medicamentos da Covid-19, há duas análises a se fazer. A primeira é voltada para aqueles que são utilizados na profilaxia, que estimulam o sistema imunológico, como Vitamina C, Vitamina D e Paracetamol. Logo que surgiu a pandemia aqui no Brasil o consumo vem aumentando, já que a população quer se proteger. Outro ponto são os medicamentos que tem se destacado por alguns estudos e também pela própria

mídia", disse Alan Brito, presidente do Conselho Regional de Farmácia da Bahia (CRF-BA).

"Se sai determinado estudo em algum país, e ainda pelo momento da pandemia que causa algum desespero nas pessoas, ocorre que elas adotam algumas coisas como verdadeiras, ainda que tenha poucos estudos, utilizar aquele tratamento, como aconteceu com a hidroxicloroquina, ivermectina e outras drogas. Por conta disso, logo os medicamentos se esvaziaram das farmácias e o governo teve de tomar algumas providências em relação a eles, até por conta de pessoas que tem alguma patologia e os medicamentos estavam em falta" pontuou.

### BRASIL

Em nível nacional, o levantamento do CFF, apontou que cinco dos seis remédios pesquisados também ti-

veram aumento, entre eles o paracetamol (77,35%) e o sulfato de hidroxicloroquina (67,93%), no período compreendido entre os meses de janeiro e março, tanto de 2019, como de 2020. Já o maior foi percebido na Vitamina C: 180,01%.

Conforme o Conselho, os percentuais são uma clara demonstração da influência do medo sobre um hábito consagrado entre a população brasileira, o uso indiscriminado de medicamentos. Uma pesquisa realizada pela entidade, por meio do Instituto Datafolha, constatou que a automedicação é um hábito comum a 77% dos brasileiros que fizeram uso de medicamentos nos últimos seis meses anteriores ao estudo, feito em 2019. Quase metade (47%) se automedica pelo menos uma vez por mês, e um quarto (25%) o faz todo dia ou pelo menos uma vez por semana.

# Tribuna

## COMÉRCIO

### Abrasce cobra reabertura de shoppings na Bahia

RAYLLANNA LIMA  
REPORTER

A área do comércio tem pressionado gestores de cidades baiana para começarem a decretar a reabertura de centros de compras. De acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), os estabelecimentos são os ambientes com "maior condições de cumprir protocolos" e que, nos onze estados onde já há registros de shoppings

reabertos, não foram registradas aglomerações.

Segundo o coordenador da Abrasce no Nordeste, Edson Piaggio, no Brasil, dos 577 associados à entidade, 155 voltaram a funcionar. Nenhuma delas teria sido fator decisivo para o aumento no número de casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus (Covid-19).

"Nos 7 mil reabertos no mundo e 155 no Brasil não houve aglomeração. A Abrasce acompanha diariamente, com relatórios.

Está comprovado com estudos que o shopping é o ambiente comercial que tem a maior condição para cumprir protocolos. Os shoppings não contribuíram, até então para nenhum aumento da contaminação. Os shoppings têm um senso de responsabilidade, sabe que, se não tiver certeza do que esta fazendo, isso pode custar muito caro", afirmou.

Um protocolo foi produzido pela associação, embasado por especialistas da saúde, a fim de garantir as determinações que preservem a vida das pessoas, conforme explicou Piaggio. "Foi feito com autoridades sanitárias, professores de infectologia das universidades federais. A gente pode manter emprego, preservando o mais importante que é a vida", declarou.

Para ele, cidades do interior da Bahia, com baixos índices de contaminação, já deveriam ter reaberto os centros de compras "há muito tempo". "Na Bahia, o que a capital fizer, todas as outras cidades vão fazer a mesma coisa. Em Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro,

Paraná, Rio Grande do Sul, todos já têm shoppings abertos, independente da capital abrir ou não. Só quem demonstrou agora um pouco de autonomia foi Vitória da Conquista, que já tem um mês que ativou esse protocolo", avaliou.

Ele não acredita que, caso seja determinado o funcionamento, a população corra para os centros de compras. "É um equívoco imaginar que, ao abrir o shopping, todo mundo que está em casa vai para o shopping. As pessoas estão preocupadas com a saúde", opinou.

O coordenador regional voltou a lamentar o prejuízo no setor, cuja perda de venda ultrapassa os R\$ 1,2 bilhões. Em Salvador, segundo ele, as vendas, por meio de drive-thru, não chegam a 4% do que seria alcançado com os shoppings funcionando.

"O lojista não consegue nem pagar as contas. É preciso entender que os shoppings não estão abertos. Até a manutenção do emprego é muito pequena. A gente pode manter emprego, preservando o mais importante que é a vida", afirmou Edson Piaggio.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

CNPJ Nº 14.109.763/0001-80

AVISO DE SUSPENSÃO - LICITAÇÃO

**PREGÃO N.º 069/2020 (ELETRÔNICO) – COMPEL - A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL** torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude da antecipação do feriado de 26/05/2020, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, conforme Lei Municipal nº 1627/2020, fica **SUSPENSÃO** a sessão de abertura do **PREGÃO N.º 069/2020 (ELETRÔNICO)**, cujo objeto é o Registro de Preço para aquisição de materiais de expediente (PAPEL OFÍCIO SULFITE A4 BRANCO) para futuras contratações de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Municipal. **Acofihmento:** 26/05/2020 a partir das 08h00min; **Abertura:** 27/05/2020, às 09h00; **Disputa:** 27/05/2020, às 10h00. (Horário Brasília). Edital/Informações: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informaremos a nova data oportunamente. Camaçari, 25 de maio de 2020. Tel.: (71) 3621-6880 – Wadna Chelie Melo da Costa – Pregoeira da Compel.

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO N.º 069/2020 (ELETRÔNICO) – COMPEL - AVISO DE ABERTURA** - A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL, torna público para conhecimento dos interessados, novas datas de acofihmento e abertura, em virtude da Suspensão, referente **PREGÃO N.º 069/2020 (ELETRÔNICO) – COMPEL**, cujo objeto é o Registro de Preço para aquisição de materiais de expediente (PAPEL OFÍCIO SULFITE A4 BRANCO) para futuras contratações de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Municipal. **Acofihmento:** 09/06/2020 a partir das 08h00min; **Abertura:** 10/06/2020, às 09h00; **Disputa:** 10/06/2020, às 10h00. (Horário Brasília). Edital/Informações: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Licitação n.º: 815437. Camaçari, 28 de maio de 2020. Tel.: (71) 3621-6880 – Wadna Chelie Melo da Costa – Pregoeira da Compel.

**PREGÃO N.º 076/2020 (ELETRÔNICO) – COMPEL - AVISO DE ABERTURA**. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de Colchão D33, destinado aos usuários atendidos na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania - SEDES. **Acofihmento:** 09/06/2020 a partir das 08h00min; **Abertura:** 10/06/2020, às 09h00min; **Disputa:** 10/06/2020, às 10h00min. (Horário Brasília). Edital/Informações: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Licitação n.º: 817866. Tel.:

### Vice-prefeito sinaliza retorno do comércio a partir de junho

Vice-prefeito da capital baiana e aposta do prefeito ACM Neto para ser seu sucessor, Bruno Reis sinalizou que as atividades comerciais da cidade podem ser retomadas já no início do próximo mês, em junho. Em entrevista à rádio Piatã FM, na manhã de ontem (28), ele comentou sobre diálogos que estão sendo feitos com representantes do comércio para discutir os protocolos

de segurança que deveram ser adotados.

Tudo vai depender, segundo Reis, do cumprimento das medidas de restrições adotadas pela gestão municipal, que antecipou feriados e suspendeu alguns serviços nesta semana. "Esperamos que, se tudo funcionar bem até domingo, a gente possa, no início de junho, começar a flexibilizar e ir tentando retomar a rotina", disse.

## FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

## RETRATO DO MERCADO

Os meses de abril e maio devem ser de queda na arrecadação da maioria das agências publicitárias brasileiras (92,7%), aponta a primeira edição da pesquisa VANPro (Visão de Ambiente de Negócios em Agências de Propaganda) realizada este ano. O estudo é realizado pela Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), em parceria com o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia (Sinapro-Bahia). Em relação ao conjunto do ano, 74,7% das agências projetam perdas de até 50% este ano, na comparação com 2019. Para 18,3, as perdas podem superar os 50%. Uma pequena parte das empresas acredita que não terá queda (4,4%) ou que terá aumento de receita (2,6%).

●● **As agências estão se resignificando, junto com seus clientes, para reduzir esse tempo de reconstrução** Vera Rocha

Presidente do Sinapro-Bahia

## Guia de emissões

Um grupo formado por membros do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e empresas instaladas no Polo finalizou a atualização do Guia de Emissões Atmosféricas e Emissões Fugitivas do complexo industrial do Polo Industrial de Camaçari. O Guia tem a finalidade de padronizar e orientar as emissões das empresas instaladas na área industrial. Eduardo Fontoura, gerente de Gerenciamento Ambiental da Cetrel, diz que o que motivou a nova análise foi a atualização nas metodologias e fatores de emissão. "É uma grande contribuição para o Polo pois facilita bastante a atividade das empresas já que estabelece e padroniza a forma de geração dos inventários das mesmas", explicou. A Cetrel é a empresa responsável pelo monitoramento ambiental do Polo e enxerga a renovação como sendo de extrema relevância, já que é fundamental estar com os cálculos baseados nas metodologias e fatores atualizados. Além da Cetrel, do Cofic e do Inema, participaram desse trabalho representantes das empresas: Braskem, Unigel, Paranapanema, Deten e Bracell.

# 15

por cento das solicitações em abril foram relacionadas às casas

## Arrumando a casa

Em tempos de isolamento social, Lendico, uma das fintechs de empréstimo pessoal online do país, identificou um crescimento no número de pedidos de empréstimo para gastos com a casa no mês de abril, na Bahia. De acordo com o levantamento, o terceiro principal motivo dos pedidos de empréstimo no estado foi para gastos com a casa, com 15% das solicitações. O percentual é o maior do ano. Nessa categoria estão incluídos pedidos para compra, financiamento, reformas, pequenos reparos e mobília.

## NO HORIZONTE

● **Apoio.** A Vivo, por meio da Fundação Telefônica Vivo, doará R\$ 1 milhão à Bahia para iniciativas de combate aos efeitos do novo coronavírus.

● **Parceria.** O Banco Inter oferecerá condições especiais para clientes que adquirirem imóveis da MRV. Os correntistas terão 12% de desconto na carta de crédito, que terão valores entre R\$ 100 mil e R\$ 240 mil.

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às sextas-feiras

**MEDIDA PROVISÓRIA** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em sessão virtual o texto base da Medida Provisória 936/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. O dispositivo permite, durante o período de estado calamidade pública devido à pandemia do novo coronavírus, a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias e também possibilita a redução de salários e da jornada de trabalho pelo período de até 90 dias.

A MP está em vigor desde o início de abril, quando foi publicada pelo presidente Jair Bolsonaro. No entanto, para não perder a validade, ela precisa ser aprovada em até 120 dias pelo Congresso Nacional.

Conforme previsto na MP, o governo compensa parte da perda na remuneração aos trabalhadores do setor privado por meio do seguro desemprego conforme média salarial. O trabalhador também tem direito à “garantia provisória” pelo mesmo tempo do afastamento ou da redução de jornada depois do estado de calamidade.

A MP, modificada no parecer do relator deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), foi elogiada pelos parlamentares como iniciativa emergencial para manter empresas em funcionamento e preservar empregos com carteira assinada ou estabelecidos por meio de contratos de aprendizagem e de jornada parcial.



NAJARA ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O texto aprovado ontem pela Câmara segue agora para o Senado

## Câmara aprova MP que permite redução de jornada e salário

**Relator incluiu no parecer a possibilidade do Executivo prorrogar o programa**

Entre as alterações, Orlando Silva acrescenta a possibilidade de pagamento de salário original de trabalhadoras grávidas se o parto ocorrer durante o período de redução ou suspensão do contrato de trabalho.

O deputado estabeleceu ainda a possibilidade de o Executivo prorrogar o programa, por meio de regulamento. Outra alteração foi a inclusão, na MP, da prorrogação por um ano na desoneração da folha de pagamento de 17 setores.

## Desemprego sobe e atinge 12,8 milhões de pessoas

**PESQUISA** A taxa de desocupação no país passou de 11,2% para 12,6% no trimestre terminado em abril, atingindo 12,8 milhões de desempregados. Com isso, são 898 mil pessoas a mais à procura de trabalho, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um indicador que reflete os efeitos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho, a população ocupada teve queda recorde de 5,2%, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, representando uma perda de 4,9 milhões de postos de trabalho, que foram re-

**●● A gente chega em abril com o menor contingente de pessoas com carteira assinada, que é de 32,2 milhões**

Adriana Beringuy  
Analista do IBGE

duzidos a 89,2 milhões.

A analista da pesquisa Adriana Beringuy explica que os efeitos foram sentidos tanto entre os informais quanto entre trabalhadores com carteira assinada. “Dos 4,9 milhões de pessoas a menos na ocupação, 3,7 milhões foram de trabalhadores informais. O emprego com carteira assinada no setor privado teve uma queda recorde também. A gente chega em abril com o menor contingente de pessoas com carteira assinada, que é de 32,2 milhões”, explica.

Entre os informais, estão os profissionais sem carteira assinada (empregados do setor privado e trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores e por conta própria) ou sem remuneração (auxíliam em trabalhos para a família).

## Caixa libera uso do auxílio para compras em maquininhas

**BENEFÍCIO** A Caixa Econômica Federal informou que a partir de hoje os beneficiários do auxílio emergencial poderão fazer compras em maquininhas de cartão, sem a necessidade de cartão físico, a partir da conta poupança social da Caixa. Até então, o Caixa Tem só permitia compras online. Agora, os beneficiários poderão usá-lo também em lojas físicas.

O pagamento das compras será feito por leitura de QR Code, código de barras gerado pelas maquininhas dos estabelecimentos, que é escaneado pela maioria dos telefones celulares com câmera.

O uso do Caixa Tem na hora da compra não irá consumir a internet do beneficiário, assim como qualquer operação feita no aplicativo. “A navegação no app é gratuita pela internet, patrocinada por operadora de celular. Porém, para ter acesso, o cliente precisa estar com os dados móveis habilitados no celular”, esclarece a Caixa.

## PRAZO PARA SAQUE DO ABONO SALARIAL TERMINA HOJE

**PIS/PASEP** Termina hoje o pagamento do abono salarial PIS-Pasep do calendário 2019-2020, ano-base 2018, para os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. O PIS é pago na Caixa, e o Pasep, por meio do Banco do Brasil. Segundo a Caixa, 19,6 milhões de trabalhadores, do total de 21,8 milhões aptos, receberam o PIS até o último balanço do banco.

## DÉFICIT RECORDE

# R\$ 708,7 BI

**é a previsão de déficit das contas para este ano. Esse valor corresponde a 9,9% de tudo que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB). Se a estimativa se confirmar, será o maior déficit primário já registrado pelo setor público consolidado**

# Correio\*

## miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O Brasil está em situação grave. Os militares do gabinete e o ministro da Defesa acham que o presidente Jair Bolsonaro tem razão e só fazem reparos ao tom. Acreditam que, sim, o Supremo Tribunal Federal (STF) está exorbitando de suas funções. Não está, mas a opinião dos militares dos quais se cercou o reforça, e ele então decide escalar e assim fortalece sua militância. Por outro lado, na reforma da Previdência foi feito um grande agrado às polícias militares, com a extensão aos PMs do benefício dado às Forças Armadas: a manutenção da integralidade e da paridade. Isso aumentou o apoio das PMs ao presidente. Bolsonaro ontem fez ameaças ao Supremo e ao ministro Celso de Mello. Quem vai impor limites? Perguntei isso a uma alta autoridade, e ouvi que as instituições já estão impondo limites.

Na visão dessa autoridade, o que os ministros Celso de Mello e Alexandre de Moraes estão fazendo é impondo limites. O plenário do STF tem feito isso também. Câmara e Senado, quando mudam propostas ou rejeitam projetos, estão avisando ao presidente quais são as fronteiras entre os poderes.

### Com que forças conta Bolsonaro?

"As instituições estão fazendo um risco no chão", disse essa autoridade.

A já tradicional gritaria matinal foi, ontem, mais estridente. Cada palavra foi bem estudada. E a entonação. Quando ele elevou a voz para dizer "Acabou, porra!" estava enviando mensagem à militância. Tudo o que faz ou diz é gravado para ser usado em campanhas ou no seu projeto autoritário. Para esse uso foi gravada a reunião ministerial. O filho 03 foi de novo escalado para ameaçar a democracia. A fala do deputado Eduardo é de que não é uma questão de "se" mas de "quando" acontecerá a "ruptura". Foi dita na noite da quarta-feira para acalmar a militância de extrema-direita assustada com a operação de busca e apreensão do inquérito das fake news. O projeto de Bolsonaro é este mesmo: a ruptura. Adianta pouco as negativas

de que não haverá golpe militar porque as democracias morrem de outra maneira.

O Supremo Tribunal Federal está em duas encrencas. O tribunal aprovou o fim da condução coercitiva do investigado (ADPFs 395 e 444). E se Abraham Weintraub não atender à ordem do ministro Alexandre de Moraes? A segunda encrenca é o início polêmico desse inquérito. Foi aberto de ofício, o ministro Alexandre de Moraes foi nomeado sem sorteio e tropeçou no início com a censura à revista "Crusoe". Ao longo do tempo, contudo, o processo ganhou relevância política, não porque mirou a direita, mas porque está investigando indícios de crime.

Os próprios militares que estão no governo não defendem o que um deles definiu para outro alto integrante do poder como "milícia digital". Mas o presidente

colocou toda a força da presidência para defender exatamente essa milícia digital, investigada pelo Supremo. "Com dor no coração ouvi aqueles que tiveram a sua casa violada," disse o presidente. "Essa mídia social me trouxe à presidência."

Bolsonaro está deliberadamente fazendo uma confusão entre liberdade de expressão e o crime de divulgar fake news, caluniar, difamar, organizar-se para atacar através de robôs, contratar empresas de disparos em período eleitoral, financiar manifestações antidemocráticas. É isso que está sendo investigado. O grande desafio da democracia é criar antídotos contra esses ataques às instituições. O Congresso também prepara uma lei dura para evitar o uso criminoso das mídias sociais. As próprias plataformas estão estabelecendo normas. Não é ameaça à

liberdade de expressão. O presidente sabe disso.

Ele está claramente querendo intimidar o Judiciário. Por efeito bumerangue, conseguiu aumentar a união dentro da Corte, como se viu no curto e claro discurso do ministro Luiz Fux, avalizado por Dias Toffoli, em defesa de Celso de Mello. Bolsonaro acredita que neutralizou o Ministério Público com a nomeação de Augusto Aras, a quem ofereceu ontem publicamente o cargo de ministro no STF. Acredita que consegue o apoio das Forças Armadas, pelas vantagens que deu aos oficiais, e que tem o respaldo das PMs, pelo ganho dado aos policiais militares.

Durante a tarde, enquanto Bolsonaro conversava com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mandou o recado:

"É bom dialogar, mas é bom ficar claro que nós vamos continuar reafirmando que a nossa democracia é o valor mais importante do nosso país e as instituições precisam ser respeitadas".

Bolsonaro tentará ignorar recados e passar por cima dos limites.

# Tribuna

## SOCORRO

### Coronavírus acelera pedidos do seguro desemprego

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

Arthur Gabriel, 24 anos, atuava há mais de um ano, como agente de viagens numa empresa, em franca expansão, em Salvador quando irrompeu a pandemia do coronavírus e a empresa de turismo interrompeu, abruptamente, as suas atividades. Como consequência direta, cerca de 70 funcionários foram todos demitidos. Inclusive, os da filial, em São Paulo, para onde o jovem estava cotado a seguir.

Tão logo ocorreu a sua rescisão de contrato de trabalho, o jovem recorreu ao site 'Carteira de Trabalho Digital' e fez sua inscrição. No momento, espera pelo pagamento da segunda parcela do Seguro-Desemprego, das quatro a que tem direito, no valor de R\$1.326,39

#### CRESCIMENTO

Aqui no Estado da

Bahia, a Superintendente Regional do Trabalho, Gleide Gois disse que "agora na primeira quinzena de maio, houve um crescimento muito rápido das solicitações do benefício. "Foram quase 50% em relação à primeira quinzena de abril, que foi de 25 mil requerimentos dos trabalhadores baianos. Em abril, já teve um acréscimo de 23% em relação ao ano anterior (2019) e que atingiu a 34.861 requerimentos", explicou.

Segundo a superintendente regional do MTE, Gleide Gois, as cidades baianas que mais tem acessado solicitações de Seguro-Desemprego são as três maiores em população, ou seja, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, respectivamente. Gleide Gois reforçou os canais de comunicação que o governo federal vem disponibilizando às pessoas interessadas por informações e citou, inclusive, os locais como o e-mail: trabalho.ba@mte.gov.br e

o telefone 071-3329-8402. "São canais adicionais de atendimento remoto, a disposição dos baianos".

#### SEXTO ESTADO

Pelos dados recém-publicados, a Bahia é o sexto estado com maior número de requerimentos de Seguro-Desemprego, no Brasil, nos últimos meses. Do total de requerimentos, em todo o País, a Bahia solicitou 14.412 benefícios. São Paulo (149.289), Minas Gerais (53.105) e Rio de Janeiro (42.693) lideram a lista. Dos requerimentos enviados 46,1% (1.309.554) foram realizados pela internet, ou seja, por meio do portal gov.br ou pela Carteira de Trabalho Digital e 53,9% (1.531.897) de maneira presencial.

Este crescimento do atendimento presencial pode ser relacionado à edição do Decreto 10.329, de 28 de abril de 2020, que definiu as atividades de processamento do Seguro-Desem-

prego como essenciais, o que contribuiu para a retomada do atendimento presencial.

#### SOLICITAÇÃO

Assim como Arthur Gabriel foi muito ágil na entrada do pedido do benefício do seu Seguro-Desemprego, a orientação que se dá os trabalhadores nessa condição, e para ficarem atentos aos prazos, ou seja, de 7 a 120 dias, após a demissão.

A solicitação do benefício pode ser efetuada de duas formas. A primeira por meio do portal [www.gov.br/trabalho](http://www.gov.br/trabalho), com a realização de um cadastro para acessar o serviço, com CPF, nome completo, telefone celular e e-mail; e, a segunda através do aplicativo Carteira de Trabalho Digital, que pode ser baixado em celulares com os sistemas operacionais Android e iOS. Aprovado o pedido pelo MTE, o pagamento será realizado através da Caixa Econômica Federal.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/05/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 29 de Maio de 2020 - 10:00

## ***Com pandemia, PIB do Brasil no 1º trimestre cai 1,5%; queda é a maior desde 2015***



A pandemia do novo coronavírus atingiu a economia brasileira nos últimos 15 dias do primeiro semestre. Mesmo assim, foi o suficiente para o Produto Interno Bruto (PIB) cair 1,5% em relação com o quarto trimestre de 2019. A informação foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (29). Essa é a maior queda desde o 2º trimestre de 2015, quando o PIB caiu 2,1%.

"A queda do PIB do primeiro trimestre deste ano interrompe a sequência de quatro trimestres de crescimentos seguidos e marca o menor resultado para o período desde o segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Com isso, o PIB está em patamar semelhante ao que se encontrava no segundo trimestre de 2012", diz o comunicado.

Segundo especialistas, a queda deve ter sido apenas o primeiro passo do novo ciclo recessivo, já que o levantamento apontava uma queda de 11% no segundo semestre, levando o PIB a encerrar 6,05% abaixo do de 2019, o que significa a maior queda da história.

A queda é uma consequência das medidas do isolamento social, com estabelecimentos fechados para evitar a proliferação da doença. Com isso, economistas vêm explicando que a crise é inédita porque derruba, em todo o mundo ao mesmo tempo, e com efeitos em cadeia, tanto a oferta de trabalho, afetando a produção, quanto a demanda.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/05/2020	



## PIB DO BRASIL ENCOLHE 1,5% NO 1º TRIMESTRE POR CAUSA DA PANDEMIA



admin 29 Maio, 2020

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 1,5% no 1º trimestre, na comparação com os 3 últimos meses de 2019, segundo divulgou nesta sexta-feira (29) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado reflete apenas os primeiros impactos da pandemia de coronavírus e coloca o país à beira de uma nova recessão, uma vez que a expectativa é de um tombo ainda maior no 2º trimestre.

“A queda do PIB do primeiro trimestre deste ano interrompe a sequência de quatro trimestres de crescimentos seguidos e marca o menor resultado para o período desde o segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Com isso, o PIB está em patamar semelhante ao que se encontrava no segundo trimestre de 2012”, informou o IBGE, em comunicado. Na comparação com o 1º trimestre de 2019, a queda foi de 0,3%. Em valores correntes, o PIB no primeiro trimestre totalizou R\$ 1,803 trilhão.

A retração nos 3 primeiros meses de 2020 interrompe uma trajetória de 3 anos de lenta recuperação da economia brasileira, que já mostrava perda de ritmo na virada do ano, e ainda se encontrava distante do patamar anterior ao do início da recessão de 2014-2016. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Após despencar 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, a economia brasileira registrou taxa de crescimento de 1,3% em 2017 e em 2018, desacelerando para um ritmo de 1,1% em 2019. Os resultados dos últimos 3 anos permitiram o PIB do Brasil recuperar apenas o patamar de 2013. Agora, com o choque provocado pela pandemia, a retomada deverá demorar mais para ser alcançada.

O IBGE revisou os dados do PIB de 2019. No primeiro trimestre, cresceu 0,2%, ao invés do resultado nulo divulgado anteriormente. No 2º trimestre, a alta foi mantida em 0,5%. Já nos dois últimos trimestres a revisão foi para baixo: no 3º trimestre, a alta foi de 0,5%, e não 0,6%, e a do 4º trimestre foi de 0,4%, ante 0,5% da divulgação anterior. A queda no 1º trimestre foi o primeiro resultado negativo para o PIB desde o final de 2018, uma vez que o IBGE revisou os dados do 4º trimestre de 2018 para um recuo de 0,1% ante leitura anterior de estabilidade.

Como o resultado do PIB do 1º trimestre refletiu apenas as primeiras semanas de isolamento social e das medidas de restrições para conter o avanço da Covid-19, que começaram em meados de março, a expectativa é de uma retração ainda mais profunda da economia entre os meses de abril e junho, uma vez que indicadores já divulgados mostraram abalos ainda mais profundos, tanto na produção e no consumo como no mercado de trabalho e na renda.

O mercado passou a projetar um tombo de 5,89% para o PIB neste ano, segundo o relatório “Focus” do Banco Central, e a maior parte dos analistas já dá como certa a entrada no país em uma nova recessão, definida tecnicamente por 2 trimestres seguidos de retração da atividade. Caso a expectativa se confirme, será o pior desempenho anual desde 1901, pelo menos.

Os economistas do mercado financeiro baixaram a previsão para o PIB de 2020 nesta semana pela 15ª vez seguida. A nova redução da expectativa para o nível de atividade foi feita em meio ao avanço da pandemia, que tem derrubado a economia mundial e colocado

o mundo no caminho de uma recessão. Nesta semana, o Brasil se tornou o novo epicentro mundial da Covid. Já são mais de 26 mil mortos e quase 442 mil casos confirmados. O Brasil é o segundo país no mundo com o maior número de casos confirmados da doença, atrás dos Estados Unidos.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/05/2020	



## PREÇO DA GASOLINA BAIXA 7% NA REGIÃO NORDESTE



admin 28 Maio, 2020

A primeira quinzena de maio começa com uma nova baixa no preço dos combustíveis na Região Nordeste, revela o mais recente levantamento do Índice de Preços da Ticket Log (IPTL). Nos postos nordestinos, o destaque foi para o maior recuo na gasolina entre todas as regiões, com baixa de 6,79%, no comparativo com o fechamento de abril. Houve baixa para todos os combustíveis, como para o etanol, de 6,62% e para o diesel comum e o tipo S-10, que recuaram 7,09% e 7,08%, respectivamente.

“Percebemos que com uma nova baixa, a gasolina segue fazendo frente competitiva, na relação com o etanol nas bombas da região. Um retrato disso, se dá pelo fato do consumo do etanol ter sido menor em alguns Estados. No Ceará, no Maranhão, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, por exemplo, o volume de abastecimento do combustível derivado da cana-de-açúcar foi menor e não permitiu um retrato da média

nesta primeira quinzena”, analisa o Head de Mercado Urbano da Edenred Brasil, Douglas Pina.

O IPTL também trouxe um raio-x local dos valores. Na Paraíba, enquanto o preço do etanol foi o único de todo o país a apresentar avanço, alta de 2,9%, a gasolina foi a mais vantajosa de todos os postos nordestinos (R\$3,737). O litro mais caro do combustível foi encontrado nas bombas do Piauí (R\$ 4,179). Por lá, também foi registrado o diesel mais caro, vendido a R\$ 3,384, ante os R\$ 3,094 do Rio Grande do Norte.

Em Alagoas, os motoristas encontraram o preço mais alto no etanol (R\$ 3,596), enquanto na Bahia foi registrado o valor mais vantajoso para o combustível (R\$ 3,069). No Ceará, o destaque foi para a menor baixa, entre os Estados da região, para a gasolina, recuo de 8,3%, com o litro a R\$ 3,986. No Maranhão e em Pernambuco a gasolina recuou em média 5%, e em Sergipe o combustível baixou 6,8% nesta primeira quinzena, no comparativo com o fechamento de abril.

Cenário nacional: gasolina e diesel com menor preço médio em dois anos

O estudo também revela que, no cenário nacional, a primeira quinzena de maio começou com um novo recuo no preço médio da gasolina e uma marca histórica para o combustível. O litro foi vendido à média de R\$ 3,985, o menor valor registrado no País desde agosto de 2017, quando era vendido a R\$ 3,896. Com dois anúncios recentes de aumento no repasse do combustível às refinarias, a alta ainda não se refletiu nas bombas.

O etanol apresentou um recuo de 7,24% nas bombas, com o valor médio de R\$ 3,201. O diesel também recuou 7,34%, em relação ao fechamento de abril, quando o litro foi vendido a R\$ 3,501. O combustível, que lidera o consumo em todo o território nacional, registrou no período o seu menor valor médio registrado desde janeiro de 2017, quando obteve a média mais próxima desse valor que foi de R\$ 3,247.

Nos postos da Região Norte estão os Estados com o menor e o maior preço médio para a gasolina em todo o País: Amapá, com o litro vendido a R\$ 3,343; e Pará, a R\$ 4,430. No Nordeste, o destaque é para o maior recuo para o combustível entre todas as regiões brasileiras, com baixa de 6,79%, no comparativo com o fechamento de abril. Na Região Sudeste, o comportamento foi de baixa para todos os tipos de combustível, com recuo

de: 5,63%, para a gasolina; 6,15%, para o etanol; 7,18%, para o diesel; e 2,41% para o gás natural veicular (GNV). Outro destaque local é o Estado de São Paulo, que apresentou o menor preço do litro do etanol, comercializado a R\$ 2,384, um recuo de 8%, no comparativo com abril.

A Região Centro-Oeste apresentou baixa para o diesel comum, diesel S-10 e para a gasolina, porém, o destaque foi o etanol, que tem no consolidado da região a menor média do País, com o litro comercializado a R\$ 2,841, uma queda de 7,13 em relação a abril. Já os postos do Sul apresentaram os menores valores médios de: diesel, R\$ 2,846; diesel S-10, R\$ 2,905; e gasolina, R\$ 3,727. O estudo revelou ainda que o GNV é 4% mais barato no Sudeste do que no Norte, com médias de R\$ 3,165 e R\$ 3,302, respectivamente.

O IPTL é um índice mensal de preços de combustíveis levantados com base nos abastecimentos realizados nos 18 mil postos credenciados da Ticket Log, que tem grande confiabilidade, por causa da quantidade de veículos administrados pela marca: 1 milhão ao todo, com uma média de oito transações por segundo. A Ticket Log, marca de gestão de frotas e soluções de mobilidade da Edenred Brasil, conta com mais 25 anos de experiência e se adapta às necessidades dos clientes, oferecendo soluções modernas e inovadoras, a fim de simplificar os processos diários.

# Relator de socorro a Estados diz que ambiente é 'favorável' à manutenção de vetos de Bolsonaro

Ao Estadão, o relator disse que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, “está no jogo” para a manutenção dos vetos

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

28 de maio de 2020 | 17h56

BRASÍLIA - O ambiente no Congresso é favorável à **manutenção dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que garante socorro de R\$ 60 bilhões aos Estados e municípios**, segundo o relator do projeto na Câmara, deputado **Pedro Paulo** (DEM-RJ).

Ao Estadão, o relator disse que o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), “está no jogo” para a manutenção dos vetos, incluindo o que barra reajustes para servidores federais, estaduais e municipais até o fim de 2021. **O congelamento dos salários vai trazer economia de R\$ 98 bilhões**

**para União, Estados e municípios**, segundo cálculos do **Ministério da Economia**.

Segundo o deputado, a reunião do presidente com os governadores na semana passada foi um “divisor de água” que ajudou para a criação do ambiente para a manutenção dos vetos.

Depois de uma longa negociação do projeto, o relator disse que o desfecho da lei foi positivo. Para ele, os vetos fortalecem a posição do ministro da Economia, **Paulo Guedes**. “O governo acertou. O Ministério da Economia foi mais ouvido do que a ala política”, disse.

Ele considerou positivo o veto de artigo que impedia o governo de executar as garantias e contragarantias das dívidas decorrentes dos contratos dos Estados e municípios que forem renegociadas durante a pandemia, inclusive empréstimos externos.

**Os governadores pediram a Bolsonaro que não vetasse**, mas o Ministério da Economia justificou que o texto estava mal redigido e poderia, inclusive, levar ao entendimento que as garantias dos bancos aos empréstimos não poderiam ser executadas. Os bancos multilaterais alertaram que poderiam acabar cortando as linhas de financiamento para os Estados por conta do risco de default com esse artigo.

Segundo Pedro Paulo, sem o veto, o que iria acontecer é que os Estados “não iriam estar nem aí” em buscarem a renegociação efetiva dos contratos. “Vou dar um exemplo claro, Rio de Janeiro, a maior parte da prefeitura é com os bancos multilaterais. Sabe o que o Crivella (**Marcelo Crivella, prefeito do Rio**) iria fazer? Não vou pagar isso, você vai para o governo federal”, ressaltou.

## Estados vão pedir derrubada de veto

Bolsonaro vetou dispositivo que proibia o Tesouro de executar contragarantias das dívidas

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Os Estados vão tentar derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro à lei que regula o programa de socorro do governo federal em função da pandemia, de R\$ 60,15 bilhões. O Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) enviou ontem uma carta ao presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), pedindo a apreciação “urgente” e explicando por que o veto não deve ser mantido.

O socorro financeiro do governo federal a Estados e municípios está regulado na Lei Complementar 173, sancionada ontem. Bolsonaro vetou quatro pontos, entre os quais um que proibia o Tesouro Nacional de executar contragarantias dadas por Estados e municípios em empréstimos internos e externos contratados com aval da União e outro que excluía diversas categorias do funcionalismo do congelamento salarial até o fim de 2021.

Também foi vetado um dispositivo que jogava para o final do contrato o pagamento de prestações de dívidas parceladas de prefeituras com o INSS que tiveram o pagamento suspenso. E outro que estendia a Estados e municípios a obrigação de suspender os prazos de validade de concursos públicos homologados até o dia 20 de março.

Tal como foi aprovada pelo Congresso, a lei permitia aos Estados e municípios renegociar suas dívidas com bancos e organismo. Na maior parte dos casos, o

Tesouro Nacional é avalista desses empréstimos. Ou seja, se o Estado ou município não paga uma parcela, cabe à União honrá-la. Mas, depois, o Tesouro cobra esses valores dos governadores e prefeitos, executando as chamadas contragarantias. Pode, por exemplo, bloquear parcelas do Fundos de Participação. O dispositivo vetado proibia a execução de contragarantias este ano.

“Não concordamos”, disse ao **Valor** o presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles. Ele explicou que os cálculos do programa de socorro apresentados pelo governo consideravam a suspensão do pagamento de parcelas dessas dívidas. Esse mesmo argumento está na carta enviada a Alcolumbre.

Ao sugerir o veto, o Ministério da Economia argumentou que a suspensão de pagamentos de dívidas por parte dos Estados poderia colocar o Brasil em situação de default perante o mercado internacional. Os secretários estaduais rebatem dizendo que a falta de pagamento não atingiria a relação dos Estados e municípios com organismos internacionais e sim com o Tesouro Nacional, que é o avalista.

Relator da proposta na Câmara, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) avaliou que o veto foi bem aplicado. Ele acredita que, da forma como estava o texto, os Estados e municípios não tentariam renegociar suas dívidas, como está na lei. Apenas não pagariam as parcelas e deixariam a conta com o Tesouro Nacional.

A derrubada do veto, avaliou, pode ocorrer “porque o governo é muito desarticulado politicamente”.

A ofensiva dos Estados para derrubar o veto não deve atrapalhar o a operacionalização da ajuda, disse Fonteles. Ele comentou que a maioria dos Estados e municípios deve desistir das ações movidas contra a União depois do dia 20 de março, uma condição para receber os recursos.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse ontem que por causa dessa condição, não é possível saber quando o dinheiro será liberado. Vai depender do ente subnacional. Ele explicou que pode haver “milhares” de ações na Justiça, que o governo federal não tem como localizar. Uma saída seria aceitar uma autodeclaração de desistência.

O Ministério da Economia informou que levará até dez dias para definir a divisão exata dos R\$ 60,15 bilhões a serem repassados aos Estados e municípios. Primeiro, por causa do prazo de dez dias dado para a desistência das ações. Depois, porque a parcela destinada a saúde e assistência, de R\$ 10 bilhões, será distribuída conforme índice a ser definido pelo Ministério da Saúde.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas

THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

MILITARY BUD

### LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é

FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Funciona mesmo? Nova técnica engrossa pele velha e estica pescoço flácido

RENOVA C

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

VÍDEO: Presidente da Caixa chama integrantes de PT, PMDB e PSDB de ladrões

### VALOR INVESTE

Magazine Luiza mostra perspectiva difícil, mas online 'impressionante', diz BTG

# Mansueto: estados receberão recursos semana que vem

Após sanção do presidente, secretário diz que ministério vai 'aceitar a palavra' dos governos locais de que desistirão de ações judiciais

O Globo · 29 maio 2020 · MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse ontem que os estados e municípios só vão receber a primeira parcela do socorro federal de R\$ 60 bilhões na semana que vem. O pacote foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro na noite de quarta-feira e só pôde ser publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU). Como esperado, ele vetou o reajuste dos servidores, inclusive de categorias como médicos e policiais.



—A gente espera que chegue no prazo de dez dias. A expectativa é que chegue no final da próxima semana, e a transferência seja feita — afirmou Mansueto, em entrevista à GloboNews. Segundo ele, o governo está desenvolvendo um sistema para que os entes declarem que desistiram de ações contra a União impetradas a partir de março, uma das exigências para receber os recursos:

— A gente vai aceitar a palavra dos municípios de que vão desistir das ações para fazer a transferência o mais rápido possível.

**RELATOR: SANÇÃO DEMOROU**

Além da transferência de recursos, o pacote de socorro prevê a suspensão de dívidas, o que sobe o impacto positivo da proposta para R\$ 120 bilhões.

Mansueto afirmou que esse valor atende à demanda dos estados:

— Foi aprovada uma ajuda aos estados em quatro parcelas de R\$ 15 bilhões. Tem também a suspensão de dívidas junto à União e a bancos públicos. Isso dá mais de R\$ 100 bilhões. Daqui a dois ou três meses, se ainda estivermos em casa, a gente discute se é necessário algo mais. Outro ponto vetado pelo presidente foi o que permitia a suspensão do pagamento de dívidas contraídas fora do país. Organismos internacionais que são credores do Brasil avisaram à equipe econômica que poderiam cortar o crédito do país se não houvesse o veto, como revelou a colunista do GLOBO Míriam Leitão.

Agora, se algum estado quiser suspender o pagamento de um financiamento, terá de negociar com o organismo que concedeu o crédito. Caso a dívida deixe de ser paga, a União cobrirá o rombo, mas cobrará dos inadimplentes, retendo as transferências de recursos.

Para o relator da primeira versão do projeto, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), o texto sancionado até vai ajudar governos locais, mas saiu com muito atraso e com problemas na distribuição dos recursos:

—Ajudar, vai ajudar. O problema é que, primeiro, demorou (a ser sancionado). Há um desperdício enorme nessa distribuição de recursos. Vai ter muito prefeito ganhando dinheiro sem precisar. Haverá estados recebendo mais do que perderam de arrecadação, enquanto outros, que perderam bruscamente sua arrecadação, terão repasses muito menores.

PARA O RIO, É INSUFICIENTE

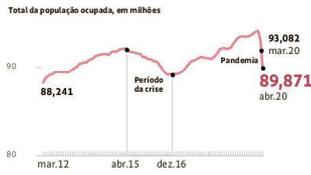
O critério de distribuição dos recursos considera fatores como população e cotas nos fundos de participação de estados e municípios. No caso das transferências para a saúde, a divisão levou em conta a taxa de incidência de Covid-19 em cada estado.

Na semana passada, o governador do Rio, Wilson Witzel, teve uma audiência com Bolsonaro sobre os recursos. Witzel afirmou que o valor é insuficiente para repor as perdas durante a pandemia.

# mercado coronavírus

Como a pandemia afetou o mercado de trabalho

**Cortes após Covid-19** superaram em 68% aqueles ocorridos durante a crise anterior



## Oferta de vagas informais de emprego entra em colapso

Com demissão de 3,7 mi sem carteira, mercado de trabalho perde maior pilar; formalidade elimina 2,2 mi de postos

Diego Garcia e Arthur Cagliari

**SANTOS E SÃO PAULO** A pandemia do novo coronavírus fez o pilar que vinha sustentando o mercado de trabalho entrar em colapso.

O trabalho informal, que vinha batendo recorde atrás de recorde e garantindo a redução da taxa de desemprego, sofreu um forte desgaste no trimestre encerrado em abril, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quinta-feira (28).

Das 4,9 milhões de vagas fechadas no período, 3,7 milhões eram informais. A taxa de informalidade caiu para 38,8% da população ocupada —um contingente de 34,6 milhões de brasileiros, o menor número da série iniciada em 2016. No trimestre anterior, até janeiro, o percentual havia sido de 40,7%.

Para especialistas ouvidos pela Folha, a queda indica tanto o caráter regressivo desta crise como a falta de perspectiva para quem perde uma vaga com carteira assinada.

"Antes, a informalidade era um colchão de quem perdia emprego formal. Agora não tem mais isso, a situação dos informais está muito pior", disse Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria.

"Se compararmos o trimestre encerrado em abril deste ano com o mesmo período do ano passado, perceberemos que a redução das vagas sem carteira assinada e por conta própria sem CNPJ é muito maior que dos empregos formais", afirmou Xavier.

Os informais são os empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares.

Os dados compilados por Xavier apontam a diferença. Enquanto as vagas formais caíram 2,8%, os postos sem carteira recuaram 9,7%. O conta própria sem CNPJ caiu 6,7%.

Os dados do IBGE mostram também que, além do pilar fraco, o restante da força de trabalho também não se manteve firme.

"O Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] mostrou que em um mês o Brasil perdeu um milhão de postos. Durante a última crise, perdemos 3 milhões de vagas formais. Quanto tempo demorou, 2 ou 3 anos? Agora em um mês vimos um terço disso acontecer", disse.

Considerando o mercado como um todo e fazendo a comparação com a crise de 2015-16, o estrago dos últimos

três meses foi forte. A perda de vagas foi 68% superior a todo o período da crise anterior. Naquela época foram cortados 2,9 milhões de postos, enquanto agora foram 4,9 milhões.

Para Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, esse pode ser visto como um efeito de composição, com os empregos associados à circulação de pessoas (como ambulantes e comércio) sofrendo primeiro e preservando quem tem remuneração maior.

"Quem tem CLT e até abril não perdeu emprego nos próximos meses vai estar vulnerável se a crise se prolongar e mostrar ser mais profunda". Apesar da perda de 4,9 milhões de postos de trabalho, a taxa de desemprego não refletiu os impactos da pandemia na economia. Isso porque a contabilização engloba apenas quem está procurando trabalho no período da pesquisa.

Uma vez que as pessoas não saem de casa, o processo de busca por trabalho trava, sem reflexo nas estatísticas.

A taxa de desocupação fechou em 12,6%, com um aumento de 898 mil desempregados em relação ao trimestre encerrado em janeiro. São 12,8 milhões de pessoas na fila do emprego.

"O melhor indicador é a queda na população ocupada. A taxa de desemprego deve subir com mais vigor quando tiver a flexibilização das medidas de restrição", analisou Donato, da LCA.

A população fora da força de trabalho —aqueles que não estavam trabalhando nem procurando emprego— chegou a 70,9 milhões de pessoas, um aumento recorde de 7,9%. Já os brasileiros que desistiram de procurar emprego, os chamados desalentados, cresceram 7% ou 2,8 milhões, atingindo 5 milhões.

"Não esperava uma alta tão grande dos desalentados, mas essa saída da força de trabalho pela pandemia eu consideraria que é um movimento pontual, não associado ao desalento. A própria crise provocada pela pandemia, no entanto, fez com que muita gente decidisse sair da força de trabalho. Talvez tenha sido a bala de prata", disse Donato.

"Quem vai procurar emprego com a economia parada?", questiona Otto Nogueira, professor de economia do Insper.

A nossa economia já estava cambaleando quando começou a pandemia. Com essa parada, a coisa vai se agravar. Já se observava antes, apesar de queda no nível de desocupação, um aumento na informalidade", acrescentou.

% de desocupados aumentou, mas não refletiu alta no desemprego



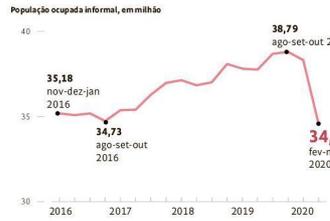
Foram destruídas quase 5 milhões de vagas no trimestre até abril



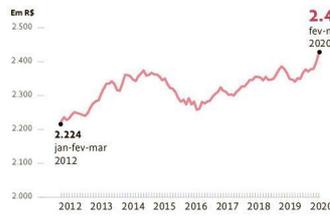
Todos os setores fecharam vagas no trimestre até abril



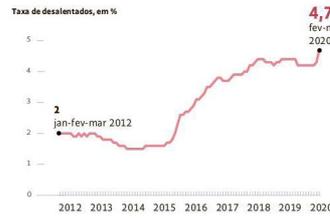
3,72 milhões de informais perderam trabalho



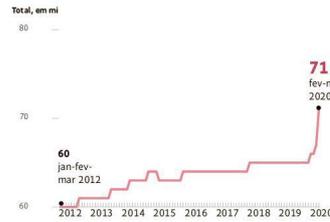
Como os informais ganham menos, o rendimento médio cresceu



E, desencorajados pela pandemia, desistiram de procurar emprego



E mais de 5 milhões deixaram a força de trabalho, ou seja, ingressaram no contingente de pessoas que não estavam trabalhando nem procurando emprego



## Renda média bate recorde porque ricos seguem empregados

As demissões do período se concentraram principalmente na população que recebia menores salários. Esse agressivo corte na parcela que recebe menos influenciou diretamente a média de ganho entre as pessoas ocupadas, que alcançou o maior patamar da série histórica, R\$ 2.425.

Isso não pode ser confundido como um aumento de renda dos brasileiros, porque, na verdade, é reflexo apenas da perda excessiva de postos com salários menores, típico do setor informal, que deixam de ser contabilizados na média.

"Quem está sendo expulso do mercado de trabalho é quem tinha menores rendimentos, o que joga a média para cima e mostra que a pandemia vai aumentar a desigualdade no mercado de trabalho", analisou Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV.br.

De um modo geral, os impactos do novo coronavírus sobre o mercado de trabalho foram vistos com perdas em todos os setores de atividade. Em meio aos 4,9 milhões de empregos perdidos, sete ramos registraram recuos recordes na população ocupada: indústria (-5,6%), comércio (6,8%), construção (13,4%), transporte, armazenagem e correio (4,9%), alojamento e alimentação (12,4%), serviços domésticos (11,6%) e outros serviços (7,2%).

O comércio foi o que registrou a maior queda em números absolutos, com 1,2 milhão de postos de emprego perdidos, reflexo do fechamento de bares, restaurantes, shoppings e comércio como forma de conter o coronavírus.

O isolamento começou em março pelo país, principalmente após a primeira morte registrada, no dia 17 daquele mês, mas foi a partir de abril que os efeitos econômicos passaram a ser sentidos com mais intensidade, já que o distanciamento social durou o mês inteiro.

No setor privado, os empregados com carteira tiveram queda recorde (-4,5%), assim como os empregados sem carteira (-13,2%) e os trabalhadores por conta própria (-4,9%).

"O isolamento muito provavelmente foi responsável por esses movimentos bastante acentuados no resultado da população ocupada", disse Adriana Beringuay, analista da pesquisa do IBGE.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a retração de 3,4% na população ocupada também foi recorde, com 3,1 milhões de pessoas a menos, superando a marca de 2,6% no trimestre encerrado em outubro de 2016, quando o Brasil vivia período de recessão econômica.

Se antes da pandemia o país vivia uma retomada da crise passada, os números do mercado e a situação atual da doença no país apontam uma melhora muito distante do horizonte atual, avaliam os especialistas.

"A saída da crise vai ser muito mais lenta. Estamos vendo isso a partir do segundo semestre de 2021 e 2022. Isso se as coisas não piorarem por aqui ainda", afirmou Donato, da LCA Consultores.

"A economia está ficando mais pobre em relação ao mundo, porque lá fora já se discute como reabrir, enquanto aqui estamos discutindo ainda qual vai ser o 'baque' inicial sobre a nossa economia", disse Xavier, da Tendências. **Leia mais na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A18**

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painel@grupofolha.com.br

Disparo

O grupo de WhatsApp "Brasil 200 Empresarial", que foi parar no inquérito das fake news após Edgard Corona, dono da Smart Fit, enviar mensagem dizendo que precisava de dinheiro para investir em marketing e impulsionar vídeos de ataque a Rodrigo Maia, tinha mais de 30 pessoas. E foi extinto quando o conflito com o presidente da Câmara por causa da reforma tributária virou bate boca público. Além do núcleo bolsanarista, havia membros que hoje são críticos ao governo.

**ENCAMINHADA** Dois participantes do grupo foram expostos por acaso no despacho de Alexandre de Moraes (STF), quando foi divulgada a reprodução da tela com a mensagem de Corona.

**CLIQUE** Foram Anderson Birman (Arrezzo) e o médico Claudio Lottenberg, que foi cotado para substituir Mandetta na Saúde, mas questiona a cloroquina. Eles dizem que foram incluídos e não interagiam.

**LISTA** Fizeram parte do grupo Flávio Rocha (Riachuelo) e Sebastião Bomfim (Centaurus), do circuito mais próximo de Bolsonaro. Mas até Washington Cinel, empresário ligado ao governador João Dória, entrou. Rafael Furlanetti, sócio da X2, também estava lá, assim como Nelson Williams, advogado da viúva do Gugu.

**SAIR DO GRUPO** "Meu nome podia estar lá, mas eu não participava. Nem vi a mensagem", disse Cinel à coluna. "Era um grupo democrático que preza pela verdade, longe de apoiar fake news. Acusação que nem o Corona costuma com aquilo, e que foi uma frase infeliz ou tirada de contexto. Me causou surpresa", afirmou Williams.

**SIENCIAR** Gabriel Kanter, sobrinho de Rocha e presidente do Instituto Brasil 200, que deu origem ao grupo de WhatsApp, diz que o espaço tinha muitas pessoas e que ele não pode ser responsável pelas opiniões de cada uma delas.

**OBSERVADOR** Um dos empresários afirmou que proliferação dos grupos de WhatsApp em seu celular o impedem de checar se todos os conteúdos são verdadeiros, e o "Brasil 200 Empresarial" era apenas mais um que ele não acompanhava, assim como os seus grupos do golfe e do vinho.

**MATEMÁTICA** Para o economista Bernard Appy, que elaborou a proposta de reforma tributária apoiada por Rodrigo Maia e atacada pelo vídeo enviado por Corona ao Bank of America, é muito difícil identificar trechos falsos no conteúdo, que dizia ser possível cortar em 300% os impostos de algumas indústrias. "Se você reduzir alguma coisa em 300%, ela fica negativa", diz Appy.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Mês, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio\*

**Autônomo, empregador e facultativo**  
Valor mín.: R\$ 1.045,10; 20%: R\$ 209,02  
Valor máx.: R\$ 4.101,06; 20%: R\$ 12.202,81

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín.: R\$ R\$ 1.045,33; 5%: R\$ 52,27

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.101,06	14%

\* O prazo para empresas vence em 15 jun; para pessoas físicas, vence em 15 jul

**FINANÇAS PESSOAIS** Escritórios de advocacia começam a receber uma demanda típica da quarentena. Casais de namorados que decidiram se confiar juntos querem garantir que o período de isolamento não configure união estável.

**ORÇAMENTO** Segundo Luiz Kignel, do escritório PLKC, a experiência de morar junto tende a descaracterizar um namoro, porque envolve trocas econômicas. Porém, para clientes preocupados, ele tem dito que a excepcionalidade da pandemia pode valer como justificativa de que o relacionamento não foi tão longo.

**SEPARAÇÃO DE BENS** Para Maria Alice Deucher, do Moreau Valverde, que também foi consultada, o casal que deseja maior segurança pode fazer um contrato de namoro, sem a necessidade do advogado.

**CANETA** A Abihpec (associação da indústria de cosméticos) decidiu nesta quarta (27) sair do manifesto em apoio ao Ministério do Meio Ambiente elaborado por entidades após a divulgação do vídeo da reunião ministerial com Jair Bolsonaro em que Ricardo Salles disse que o momento da pandemia deve ser aproveitado para "passar a boiada".

**PERFUME** A saída acontece depois de associadas da Abihpec, como Grupo Botânico, Natura e L'Oréal, divulgarem em suas redes sociais que não aprovaram a ação. Procurada, a entidade diz que a decisão de deixar o manifesto foi unânime em seu conselho.

**BOLSO** As negociações entre shoppings e lojistas na pandemia reduziram o valor de aluguéis e taxas condominiais em 20% a 50%, segundo pesquisa da consultoria Binswanger com cerca de 30 estabelecimentos. Os descontos nas contribuições para os fundos de promoção atingiram 60%.

**TERMÔMETRO** O fundo de investimento social +Unidos, criado pelo Bank of America e a Fundação Caterpillar criaram um fundo de R\$ 5 milhões para ajudar pessoas de baixa renda durante a crise do coronavírus. A ação planeja captar até R\$ 10 milhões e beneficiar cerca de 50 mil pessoas.

# 1/3 dos que pediram o auxílio emergencial ainda não recebeu, diz Datafolha

Pesquisa aponta que 43% dos brasileiros solicitaram os R\$ 600; ajuda financeira explica parte da avaliação positiva de Bolsonaro

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** Pouco mais de um terço dos brasileiros que entraram com pedido na Caixa Econômica Federal para receber o auxílio emergencial durante a epidemia de coronavírus ainda não recebeu nenhuma das três parcelas de R\$ 600 prometidas pelo governo. Embora menos da metade da população em geral tenha solicitado a ajuda, entre as famílias com renda familiar até dois salários mínimos, a maioria fez o pedido.

Segundo pesquisa Datafolha realizada nos dias 25 e 26 com 2.050 brasileiros, 43% dos entrevistados solicitaram auxílio. Dos que pediram a ajuda, cerca de 2/3 já foram atendidos com o pagamento de pelo menos uma parcela.

Das famílias mais pobres, 60% solicitaram auxílio. Entre elas, o total dos que já receberam e dos que não tiveram resposta é semelhante ao da média da população (2/3 e 1/3, respectivamente).

Na terça-feira (26), o governo autorizou a liberação de mais R\$ 2,7 bilhões para bancar o auxílio emergencial de R\$ 600. Com o novo repasse, o custo do programa já alcança R\$ 152,6 bilhões.

Segundo os dados oficiais, o auxílio aos afetados pela política de isolamento social foi liberado para quase 60 milhões de pessoas até o momento — número três vezes acima da projeção inicial.

Além de ter sido mais amplamente solicitado pelos brasileiros de menor renda, os índices mais altos de pedidos de auxílio emergencial foram registrados entre os mais jovens (60% pediram), os moradores das regiões Norte e

Menos da metade pediu auxílio emergencial

Resposta estimulada e única, em %



Entre mais pobres, maioria fez solicitação



Fonte: Datafolha

Centro-Oeste (54%), os trabalhadores informais (7%) e os desempregados (78%).

Os maiores percentuais dos que pediram a ajuda e não receberam foram apurados entre os desempregados (4 em cada 10). Entre os trabalhadores informais, mais de 1/3 não recebeu.

O Datafolha também perguntou aos entrevistados como avaliavam a gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Dos 33 pontos de avaliação positiva do presidente, 11 provêm de estratos que não votaram nele. Desses 11, a maioria entrou com o pedido de auxílio emergencial.

O índice de ótimo e bom de Bolsonaro é quase o dobro entre os que pediram e já receberam o benefício na comparação com os que ainda não receberam.

Se dependesse só de seus eleitores, Bolsonaro teria hoje apenas 22% de ótimo ou bom. Com a aprovação dos que não o elegeram, mas solicitaram a ajuda, ele chega a quase 29%. Os dois grupos juntos respondem por mais de 85% de sua avaliação positiva.

Segundo o governo, cerca de 10 milhões de pessoas ainda aguardam resposta sobre o auxílio — e os cadastros para acessar o programa permanecem abertos até julho.

No Congresso, alguns parlamentares defendem a ampliação do número de parcelas do benefício, mas a ideia não conta com o apoio da equipe econômica.

O ministro Paulo Guedes (Economia) já admite, no entanto, uma extensão por um ou dois meses de apenas R\$ 200 por parcela. **Leia mais sobre a pesquisa do Datafolha em Poder**

## Govto vai cobrar no ano que vem Imposto de Renda sobre os R\$ 600

Ivan Martínez Vargas e Wálter Nunes

**SÃO PAULO** Uma parcela dos beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600 poderá ter de devolver parte dos valores do benefício ao governo, de acordo com uma regra sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Uma alteração na lei que instituiu o auxílio, feita em 14 de maio, estipula que os beneficiários que receberem neste ano rendimentos tributáveis acima do limite de isenção do IR (Imposto de Renda) deverão acrescentar ao sistema de informações o valor do auxílio recebido em 2021 e deverá acrescentar ao imposto devido o valor do auxílio recebido, segundo o texto da norma.

Se a tabela do IR se mantiver para o ano que vem, todos os que recebem os R\$ 600 e tiveram ao longo de 2020 renda tributável acima de R\$ 22.847,76 serão atingidos pela medida. A alteração mais recente da tabela foi em 2017.

A Receita diz que só vai se pronunciar sobre o tema se depois for normalizar o artigo. Para advogados consultados pela reportagem, há con-

trovérsia sobre a aplicabilidade da nova regra nos casos de quem teria recebido a primeira parcela do benefício antes do dia 14, data em que Bolsonaro sancionou a mudança da lei.

"O texto da lei diz que a norma só entra em vigor a partir da data de publicação. Com isso, é possível interpretar que somente o benefício pago depois disso pode compor a base de cálculo do imposto. A primeira parcela paga antes disso seria não tributável", diz Fernando Scalf, professor da Faculdade de Direito da USP.

Nesse caso, o imposto incidiria sobre os dois pagamentos restantes, um total de R\$ 1.200. A primeira parcela começou a ser paga pelo governo federal em 4 de abril. O contribuinte que havia solicitado e obtido aprovação do auxílio antes da mudança da lei pode alegar na Justiça que a norma não deve se aplicar a seu caso, segundo o tributarista Rodrigo Prado Gonçalves, sócio do escritório Felsberg.

"A mudança da lei vale a partir de 14 de maio. A pessoa pode afirmar que, quando solicitou o benefício, essa regra não existia", diz Gonçalves.

"Em termos práticos, o próprio sistema da Receita vai saber se o contribuinte recebeu o auxílio. Se ele não declarar, provavelmente cairá na malha fina. Se entender que seu caso é o de não se sujeitar à devolução dos valores, precisará

CAIXA LIBERA QR CODE PARA COMPRAS EM LOJAS COM AUXÍLIO

Os beneficiários do auxílio de R\$ 600 poderão fazer pagamentos de compras em lojas físicas diretamente do celular, via QR Code.

Segundo o banco, o mecanismo já foi disponibilizado para Android e será lançado para iOS neste sábado (30). O lançamento faz parte do plano para reduzir o movimento nas agências durante a pandemia e controlar a demanda por saques em dinheiro.

Segundo a Caixa, mais de 3 milhões de estabelecimentos já têm tecnologia, que é associada às maquininhas de cartão.

entrar na Justiça antes de declarar o IR, ou ao ser cobrado pela Receita", afirma.

Para Thais Françaço, professora do Insper e sócia do escritório FF Advogados, a norma vale para todas as parcelas do auxílio emergencial, inclusive quando a primeira parcela foi paga antes de 14 de maio.

"O entendimento da Receita deverá ser que o auxílio é um rendimento que deve ser somado aos demais para eventual cálculo do IR. O texto da lei não traz isenção para o rendimento concedido entre 9 de abril e 14 de maio", afirma ela.

A lei que criou o auxílio emergencial já estipulava entre os critérios para aquisição do benefício que o solicitante não tivesse recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2019.

"Pessoas que há dois anos tinham renda, mas hoje estão desempregadas, não podem receber", diz Leonardo Magalhães Avelar, sócio do Cascio. Segundo ele, quem omitir seus rendimentos para evitar ter de devolver os valores recebidos pode incidir em crime contra a ordem tributária, que tem pena de até cinco anos de prisão.

Podem solicitar o auxílio os desempregados maiores de 18 anos que não recebam benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou de outro programa de transferência de renda federal que não seja o Bolsa Família. A renda familiar mensal do solicitante precisa ser de até R\$ 522,50 por pessoa ou de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) ao todo.

coronavírus mercado

# Câmara dá aval para prorrogar corte

R\$ 2,090 para aqueles que trabalharem em empresas com receita superior a R\$ 4,8 mil

# de jornada e suspensão de contratos

Texto-base de MP aprovada também posterga desoneração da folha de pagamento para 17 setores

Danielle Brant e Thiago Resende

**BRASÍLIA** A Câmara aprovou nesta quinta-feira (28) o texto-base da medida provisória que prevê a suspensão de contratos de trabalho e também o corte de jornada e salário de trabalhadores para socorrer empresas e evitar demissões. O texto-base foi aprovado em votação simbólica. Até a conclusão deste texto, os deputados apreciavam sugestões de mudança no projeto. A seguir, a proposta vai ao Senado. Se houver alterações, volta para a Câmara, antes de seguir para sanção ou veto presidencial.

O relator do texto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), amenizou trechos do projeto para diminuir a resistência e conseguir aprovar a proposta. Também deu ao Executivo o poder de prorrogar os prazos dos acordos trabalhistas enquanto durar o estado de calamidade pública — inicialmente com término previsto em 31 de dezembro.

O corte na jornada é acompanhado de uma diminuição proporcional de salário, que pode ser de 25%, 50% ou 75%, por até três meses. É permitida também a suspensão de contratos por até dois meses.

Uma das principais mudanças feitas pelo relator, o aumento da base de cálculo na compensação, foi tirada por



**EM BARCELONA, METALÚRGICOS PROTESTAM CONTRA FECHAMENTO DE FÁBRICA QUE EMPREGA 3.000** Funcionários da Nissan fecham rodovia depois de o governo espanhol anunciar que a montadora japonesa encerrará as atividades de unidade na Catalunha como parte de plano de reestruturação das operações para cortar custos. (Lluís Gene/AFP)

um destaque do PP, partido de Arthur Lira, que passou a compor recentemente a base do governo.

O trabalhador afetado por corte de jornada ou suspensão de contrato recebe um auxílio do governo para amenizar esse limite para três salários mínimos (R\$ 3.135), o valor do benefício to-

ma como base o seguro-desemprego, que tem como teto R\$ 1.813. Se o salário fosse até esse valor, a União com-

pensaria toda a perda salarial durante o período do corte de jornada ou de suspensão de contrato.

Orlando Silva havia elevado esse limite para três salários mínimos (R\$ 3.135), o que ampliaria a faixa salarial com compensação integral a

ser paga pelo governo.

Com apoio do centrão, os deputados votaram para re-

tornar a base de cálculo proposta pelo governo, que considera o teto do seguro-desemprego. O destaque foi aprovado por 315 votos a favor e recebeu 155 contrários.

Nas contas do líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), o impacto es-

timado da mudança proposta pelo relator aos cofres públicos seria de R\$ 22 bilhões.

O relator também ampliou o número de trabalhadores submetidos a negociações coletivas. A MP previa a possibilidade de acordo individual para quem tem salário igual ou menor a R\$ 3.135 ou acima de R\$ 12,2 mil.

O relator reduziu o piso a

menos. Se o faturamento da companhia for menor que isso, o piso é mantido em R\$ 3.135. O texto permite, no entanto, acordo individual para trabalhadores que ganham entre o piso (R\$ 3.090 ou R\$ 3.135) e R\$ 12,2 mil se a redução proporcional de jornada e salário for de 25%.

Orlando Silva também incluiu no projeto uma prorrogação da desoneração da folha de pagamento como forma de alívio a empresas após a pandemia do novo coronavírus. Atualmente, a desoneração abrange empresas de 17 setores, entre elas as que atuam no ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de call center e empresas de comunicação (mídia). Também beneficia companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

A desoneração, prevista em lei de 2011, permite que empresas desses setores possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 26% de contribuição sobre a folha de pagamento para a Previdência Social.

O benefício tem previsão de término em 31 de dezembro. Orlando Silva prorrogou inicialmente para 31 de dezembro de 2022, mas, diante da pressão do governo, decidiu estender o prazo para 31 de dezembro de 2021.

O Ministério da Economia estima que essa medida representará uma renúncia fiscal de R\$ 10,2 bilhões — dinheiro que deixa de entrar nos cofres públicos.

## Senado aprova crédito de até R\$ 100 mil para médico, dentista e fonoaudiólogo

Iara Lemos

**BRASÍLIA** O Senado aprovou nesta quinta-feira (28) um projeto de lei que estabelece uma linha especial de crédito de até R\$ 100 mil para profissionais liberais que atuem como pessoa física.

Entre os beneficiados pela proposta estão dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, nutricionistas, psicólogos e veterinários. O projeto, de autoria do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), inclui ainda contábilistas, biólogos, economistas, fotógrafos, jornalistas, publicitários, químicos e sociólogos.

A proposta foi aprovada, em sessão virtual, com 73 votos favoráveis e nenhum contrário. O projeto será encaminhado agora para avaliação da Câmara. Se sofrer mudanças, volta ao Senado.

Segundo Girão, grande parte desses profissionais acumu-

lou perdas com a pandemia.

"O fato é que a uma infinidade de pequenos consultórios tiveram canceladas consultas, cirurgias e procedimentos diversos, o que, em muitas situações, reduziu drasticamente os rendimentos desses profissionais durante a vigência das restrições para combater a pandemia", afirmou o senador.

Pela proposta, a linha de crédito disponibilizada será no valor de até R\$ 100 mil por profissional, com reembolso previsto em até 48 meses, com carência máxima até 31 de dezembro de 2021.

As linhas de crédito terão taxa efetiva de juros de 2,5% ao ano.

Apesar de o projeto tratar de questões financeiras, o autor não havia determinado o custo para a União da nova linha de crédito, deixando que o CMN (Conselho Monetário Nacional) definisse o montante.

Em seu relatório, contudo,

o senador Omar Aziz (PSD-AM) determinou que o Tesouro Nacional deverá destinar R\$ 5 bilhões para a linha de financiamento.

Caberá ao CMN estabelecer a regulamentação dos procedimentos. Segundo o relator, mais de 300 mil pessoas podem ser beneficiadas pelo projeto.

O projeto recebeu ao todo 20 emendas. Aziz acatou integral e parcialmente nove emendas, rejeitando as demais.

Pelo projeto, as instituições não poderão usar como fundamento para a não contratação da linha de crédito quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrições ao crédito.

De acordo com a proposta, os valores da linha de financiamento serão administrados por instituição financeira pública federal e repassados a quaisquer instituições autorizadas pelo Banco Central.

## Petrobras capta US\$ 3,25 bi em operação inédita na pandemia

**RIO DE JANEIRO** Em meio à crise financeira provocada pela pandemia do novo coronavírus, a Petrobras captou US\$ 3,25 bilhões (cerca de R\$ 17 bilhões ao câmbio atual) com a emissão de bônus no mercado internacional. Foi a primeira captação de uma empresa brasileira após o início da pandemia.

Para analistas, o apetite dos investidores em meio à crise reflete a busca por oportunidades de investimento em um mundo com taxas de juros baixas. A demanda pelos papéis teria superado em cinco vezes o valor final da operação.

A captação foi feita em duas parcelas. A primeira, de

US\$ 1,5 bilhão, tem vencimento em 2031 e juros de 5,6% ao ano. A segunda, de US\$ 1,75 bilhão, vence em 2050 e tem taxa de 6,9% ao ano.

A Petrobras informou em comunicado que vai usar os recursos para "fins corporativos gerais". Em seminário virtual promovido pela agência EPBR nesta quinta (28), o diretor de Relações Institucionais da estatal, Roberto Ardenghi, disse que a operação aprova a estratégia da empresa durante a crise.

"Imune a esse fenômeno ninguém é, mas empresas são mais ou menos resilientes, dependendo da maneira em que se comportam".

## Tarifas de gás encanado vão ficar mais baratas em SP

**RIO DE JANEIRO** As tarifas de gás encanado ficarão mais baratas em São Paulo a partir de junho, com o repasse ao consumidor de cortes promovidos pela Petrobras no preço do combustível em maio. Na região metropolitana, a redução será de até 14,6%. No interior, pode chegar a 28%.

Os repasses ao consumidor final, porém, dependem dos contratos de concessão das distribuidoras. Em São Paulo, a Comgás tem reajuste anual no dia 31 de maio.

O valor dos cortes varia. Clientes residenciais têm parcelas menores; na região metropolitana, praticamente não há corte para residências. NP

## Superamos mais um ano de desafios e continuamos lutando para oferecer tratamento a milhares de pacientes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018		2019	2018
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	770	296	Fornecedores	19.064	23.067
Caixa e valores mobiliários	158	396	Salários e contribuições sociais	14.001	11.115
Títulos e valores mobiliários	129.259	83.573	Ajustamentos de dívidas	2.140	1.804
Títulos e valores mobiliários vinculados	7.839	6.011	Subvenções	7.880	4.407
Contas a receber	55.466	56.719	Parâmetros de impostos	314	353
Estoque	6.819	6.456	Reservas diferidas	500	2.213
Dívidas contra a receber	550	477	Dívidas contra a pagar	143	2.213
	<b>200.852</b>	<b>150.319</b>		<b>44.070</b>	<b>45.079</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Subvenções	-	7.300
Títulos e valores mobiliários	53.304	59.009	Investimentos subsidiados	11.163	7.182
Títulos e valores mobiliários vinculados	-	2.300	Reservados de provisões	656	947
Depósitos judiciais	1.400	451	Provisão para contingências	3.676	3.292
Dívidas contra a receber	314	331	Reservas de lucros	1.259	1.259
	<b>54.418</b>	<b>58.181</b>		<b>16.553</b>	<b>18.771</b>
<b>Imobilizado</b>			<b>Total do passivo</b>	<b>61.235</b>	<b>63.746</b>
Intangível	1.448	1.963	<b>Patrimônio líquido</b>		
Ativos recebíveis em desfechos	123	175	Patrimônio social	248.903	164.080
Propriedade para investimento	35.762	35.762	Superávit acumulado	57.836	86.509
	<b>172.484</b>	<b>164.152</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>306.739</b>	<b>248.903</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>367.974</b>	<b>312.461</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>367.974</b>	<b>312.461</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO. EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018		2019	2018
<b>Receitas operacionais</b>			<b>Despesas operacionais</b>		
<b>Receitas com atividades hospitalares</b>			<b>Receitas com atividades hospitalares</b>		
Comércio	189.451	186.360	Despesas com pessoal	(28.423)	(26.075)
Particular	3.934	3.827	Despesas com material	(70.443)	(74.071)
SUS	3.617	3.463	Despesas com prestação de serviços	(23.244)	(24.449)
Subvenções, convênios e termos	1.409	557	Despesas administrativas e gerais	(2.030)	(1.844)
(-) Dedução da receita	(11.458)	(6.266)		<b>(124.164)</b>	<b>(126.389)</b>
	<b>187.165</b>	<b>187.149</b>	<b>Despesas com atividades ambulatoriais</b>		
<b>Receitas com atividades ambulatoriais</b>			Despesas com pessoal	(52.581)	(51.664)
Comércio	17.424	14.524	Despesas com material	(25.994)	(24.648)
Particular	7.247	6.018	Despesas com prestação de serviços	(6.944)	(6.908)
SUS	38.598	38.125	Despesas administrativas e gerais	(3.777)	(3.172)
Subvenções, convênios e termos	6.204	5.479		<b>(88.296)</b>	<b>(86.332)</b>
(-) Dedução da receita	(66.709)	(61.435)	<b>Despesas com atividades institucionais</b>		
	<b>6.764</b>	<b>12.695</b>	Despesas com pessoal	(42.308)	(39.723)
<b>Receitas institucionais</b>			Despesas com material	(3.992)	(2.566)
Comércio	806	3.413	Despesas com prestação de serviços	(18.263)	(19.463)
Investimentos subsidiados	1.238	1.143	Despesas com despesas	(2.982)	(8.498)
Receitas com doações	81.371	107.027	Despesas administrativas e gerais	(12.346)	(11.230)
Receitas financeiras	10.149	8.607	Despesas financeiras e bancárias	(2.118)	(1.470)
Gratuidade	83.915	76.040	Gratuidades concedidas	(83.015)	(76.040)
Voluntariado	2.701	2.623	Voluntariado	(2.701)	(2.623)
Outras	16.297	14.094	Outras	(4.998)	104
(-) Dedução da receita	(12.171)	(642)		<b>(177.463)</b>	<b>(161.561)</b>
	<b>194.871</b>	<b>212.487</b>	<b>Total das despesas</b>	<b>(286.966)</b>	<b>(274.562)</b>
<b>Total das receitas</b>	<b>448.241</b>	<b>462.091</b>	<b>Superávit do exercício</b>	<b>57.836</b>	<b>86.509</b>

**CONTABILIDADE RESPONSÁVEL:** Ricardo Jobanan - CFC 01919390-0-01-19.

As demonstrações financeiras completas, incluindo as notas explicativas e o componente relatório da auditor independente - Ernst & Young encontram-se disponíveis no site da AACD em [aacd.org.br/transparencia](http://aacd.org.br/transparencia) e presencialmente em: **Secretaria de Contas e Demonstrações Financeiras.**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (VOLUNTÁRIO):** Presidente - Carlos Eduardo Moraes Scarpelli / Vice-presidentes - Flávia Regina de Souza Oliveira / Jackson Medeiros de Fátima Schneider / João Carlos Costa Braga / Jorge Amado Maluf Filho / Luiz Felipe Rê de Sá Moraes / Fábio / Maria do Carmo Abreu / Sônia Menezes / Patrícia Helena Scarpelli Infante. **CONSELHO FISCAL:** Presidente - Antônio Dória Petros / Carlos Roberto Nazarian / Fernando Augusto Trevisan. **DIRETÓRIOS:** Valdeir Galvão - Superintendente Geral - CEO / Alice Rosa Ramos - Superintendente de Políticas Assistenciais / Cláudio Caldeira - Superintendente de Desenvolvimento Humano e Organizacional / Edson Sade de Brito - Superintendente de Marketing e Relações Institucionais / Emanuel Salvador Tasciano - Superintendente de Operações / Fernando Masaki Ribeiro - Superintendente de Administração / Ilanque.

**A AACD aprova e publica gratuitamente este balanço.**

**AACD** [aacd.org.br](http://aacd.org.br)

mercado coronavírus

Vírus matou mais emprego que recessão

Número de empregos perdidos desde a epidemia é maior que na crise de 2014-2016

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A Grande Recessão brasileira levou mais ou menos dois anos para diminuir 2,2 milhões de empregos...

Depois da Grande Recessão, o número de pessoas ocupadas em algum tipo de trabalho ainda continuou a cair até chegar ao fundo do poço em março de 2019...

de empregos com carteira assinada. Apenas neste ano, se foram mais 866 mil empregos com carteira assinada.

Quando a destruição vai parar? Não sabemos. Além do fato de que se trata de uma catástrofe, não sabemos quase nada desta crise...

viável, por ora, não há medidas novas do impacto da epidemia nem ideias novas para evitar ruína maior...

Nem é preciso mencionar a sabotagem das medidas de isolamento, a falta de política federal de controle da doença...

Brasil. Sem perspectiva de melhora, não há hipótese de retomada organizada. O país preferiu se atolar em um cenário sem fim.

Economistas do Bradesco, por exemplo, trabalham com a hipótese tentativa de que o fundo do poço da renda do trabalho ocorreria em algum momento do terceiro trimestre...

O auxílio emergencial de R\$ 600 terá algum efeito de mitigar o massacre. Pelas estimativas de despesa do governo, a soma desses auxílios equivaleria a cerca de um quarto da soma de todos os rendimentos do trabalho...

Mas essa renda extra não vai salvar setores que vendem bens e serviços mais caros, meros ainda aqueles que estão fechados e que, na reabertura, sofrerão especialmente os danos da vida anormal sob epidemia...

Já há evidências anedóticas de lojas e restaurantes que reabriram, mas não conseguem faturar para pagar os custos de manutenção da reabertura.

A epidemia será comprida por causa do isolamento à moda brasileira, entre selvagem e negligente. A crise econômica correrá em paralelo.

viniciustorres@grupofolha.com.br

Contas do governo têm rombo recorde de R\$ 92,9 bi em abril

Gasto contra pandemia e queda na receita levam ao maior déficit da série histórica

Bernardo Caram

BRASÍLIA - Sob influência da crise do novo coronavírus, o governo federal registrou um rombo recorde de R\$ 92,9 bilhões nas contas públicas em abril...

Essa foi a primeira vez que o governo registrou déficit primário em abril. O pior resultado já registrado no mês até o momento foi no primeiro ano da série, quando houve superávit de R\$ 5,8 bilhões...

Desde o início da pandemia, em março, as contas do governo sofreram um acelerado processo de deterioração.

Dolados das receitas, a queda de arrecadação vem se intensificando. Além disso, com o aumento do impacto, o governo não adiou a cobrança de uma série de tributos para aliviar o caixa das empresas durante a pandemia.

Somente em abril, a receita total do governo federal caiu 32%, na comparação com o mesmo mês de 2019. A conta da despesa teve alta de 45% no mês passado, com repasses

Rombo fiscal bate recorde em abril

Resultado primário mensal em R\$ bi



Resultado primário para meses de abril em R\$ bi



\*Atualizado pela IPCA. Fonte: Ministério da Economia

voltois ao combate ao coronavírus no sistema de saúde, além de desembolsos para minimizar os efeitos econômicos provocados pela pandemia.

Entre os gastos mais expressivos estão o auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores informais, que já supera R\$ 150 bilhões, e a assistência a trabalhadores com salário e foneles cortados, com custo estimado em R\$ 3 bilhões.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou que o rombo de abril só não superou R\$ 120 bilhões porque uma mudança de cronograma adiou o pagamento de precatórios pelo governo. Com as ações emergenciais adotadas durante a pandemia, ele alertou para o fato de que os próximos resultados fiscais seguirão em trajetória de queda.

Esses dados, daqui para a frente, serão associados a juros, e os déficits serão recorde porque nesses três meses se concentram as medidas emergenciais", disse.

De acordo com o Tesouro, os resultados observados até o momento podem piorar caso a perda de receitas se accentue e programas emergenciais sejam prorrogados. A maior parte das medidas anunciadas até tem duração restrita e impacto limitado a 2020.

"Se algum programa for renovado ou se houver novas frustrações de receitas, o déficit primário do setor público passará de 10% do PIB, crescendo ainda mais o crescimento da dívida líquida e bruta", afirma o órgão.

Estimativas feitas pelo Tesouro Nacional apontam que o déficit primário do governo central neste ano deve superar R\$ 700 bilhões.

Após a decretação de estado de calamidade pública com duração até dezembro, porém, o governo está desbragado a cumprir a meta fiscal de 2020, estipulada em déficit de R\$ 124,1 bilhões.

Estados querem derrubar veto que evitaria calote de país com órgãos externos

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA - Sem consenso com o governo sobre as regras para suspensão das dívidas com instituições internacionais, governadores planejam tentar no Congresso a derrubada de um veto de Jair Bolsonaro no pacote de socorro financeiro aos estados emuniciípios por causa da crise do novo coronavírus.

Os secretários de Fazenda estaduais querem parar de pagar essas parcelas a organizações multilaterais, como Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), na pandemia.

Se o veto, a situação do Brasil, na avaliação de técnicos, poderia ser considerada calote, inviabilizando empréstimos com organizações multilaterais. Bolsonaro sancionou o plano de ajuda financeira com quatro vetos.

Foi vetado o trecho que permitia reajustes salariais a algumas categorias do funcionalismo, como policiais e Forças Armadas.

O presidente do Congresso, Rodrigo Maia, afirmou que o veto não geraria uma brecha para essas corporações, quando o projeto estava em discussão no Congresso. Após críticas, recuou.

Além do impasse com governadores e desgaste com servidores públicos, os vetos de Bolsonaro reduziram o plano de ajuda financeira de R\$ 125,6 bilhões para aproximadamente R\$ 120 bilhões.

O Congresso aprovou uma versão que também permitia a suspensão das dívidas previdenciárias com a União. Isso daria um alívio de R\$ 5,6 bilhões aos municípios.

Porém, o governo vetou essa trecho da lei, o que incomodou prefeitos.

Do total, R\$ 60 bilhões são de repasses diretos ao caixa dos estados e municípios.

Para ter acesso ao dinheiro, governadores e prefeitos têm duas contrapartidas: congelamento salarial dos servidores e abrir mão de ações judiciais relacionadas à dívida com a União.

Governos regionais pedem dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando, inclusive para pagar salários. O Ministério da Economia ainda não deu prazo para pa-

gar a primeira parcela. "A gente acredita, o mais provável é que essas transferências ocorram a partir da próxima semana", disse o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Mas isso, segundo técnicos, poderá ocorrer apenas em 8 de junho.

O atraso já não incomoda tanto gestores estaduais. "A disputa agora com o ministro Paulo Guedes (Economia) é sobre as regras para interromper temporariamente o pagamento das dívidas contratadas com organizações multilaterais. Essa medida deveria representar um alívio de R\$ 107 bilhões.

Técnicos da Economia, secretários de Fazenda estaduais e o Banco Mundial travaram um embate sobre as consequências de adiar essas pagamentos.

Otime de Guedes pediu o veto para não dar margem a um embate internacional. O Banco Mundial alertou para o risco de, em caso de calote, o país poder perder acesso a fontes multilaterais, como recursos do FMI.

Para integrantes do governo, o veto ainda permite que governadores e prefeitos negociem as parcelas com essas instituições e, em caso de suspensão da dívida, o Tesouro vai cobrir a futura, mas também vai poder reduzir repasses aos governadores e prefeitos.

Os governos regionais, contudo, não querem perder recursos.

Os efeitos de eventual derrubada do veto gera um debate mesmo dentro do Ministério da Economia.

Alguns dizem acreditar que, se os estados foram vitoriosos na votação no Congresso, a União pagaria as parcelas para os bancos, mas não poderia compensar o custo, reduzindo transferências via FPE (fundo que destina dinheiro para os estados).

Outros técnicos concordam com a interpretação do Banco Mundial: se o veto for derrubado, as instituições internacionais não vão receber os pagamentos (nem da União), e o Brasil seria considerado caloteiro.

O presidente do Conselho (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda), Rafael Fonteles, disse que, para os bancos multilaterais, não haverá nenhum impacto, pois as parcelas seriam honradas pelo Tesouro — a União foi avalista desses contratos.

Novo disputa em torno do plano de socorro, portanto, coloca o Planalto entre um possível impasse internacional e a insatisfação de governadores.

Table with financial data for CRK Participações S/A and CRK S/A, including balance sheets and income statements for 2019 and 2020. The table is split into two columns and contains detailed financial metrics.

Dólar sobe 2%, para R\$ 5,386; Bolsa cai 1%

O avanço da moeda, o prazo após seis quedas e o maior em três semanas, foi influenciado pelas tensões entre Estados Unidos e China e entre Judiciário e Executivo no Brasil, além de dados econômicos negativos ruins. O dólar turismo está a R\$ 5,59. A Bolsa brasileira caiu para 86.949 pontos.

## mercado coronavírus

## Controle de curva de juro

Ao 'empinar a curva', o mercado pode anular o efeito expansionista da queda da Selic

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UNB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

Em tempos normais, o Copom fixa a taxa de juro de curto prazo, e o mercado determina a taxa de juro de longo prazo.

Considerando os títulos do governo, a taxa de juro de dois anos é uma média ponderada dos taxas de curto prazo esperadas para o cada período (um ano, dois anos etc.), mais um prêmio de risco.

A média é calculada em termos geométricos, mas pode simplificar isso usando logaritmo (fique comigo mais algumas linhas).

Por exemplo, suponha que

a Selic seja de 3% em log neste ano e a expectativa de mercado seja Selic de 2% em log para o próximo ano. Nesse caso, se o investidor não se importa com risco, a taxa de juro de dois anos deve ser de 2,5% em log.

Traduzindo do economês, ao analisar uma aplicação de dois anos, o retorno esperado de comprar e carregar um título de dois anos deve ser igual a comprar um título de um ano e reappicar o dinheiro, dentro de 12 meses, em outro título de um ano.

Dado que a maioria dos

agentes é avessa ao risco, o título de dois anos acaba pagando mais do que 2,5%, e nós, economistas, chamamos isso de prêmio de risco. A curva de juro é a relação entre taxa de juro e o prazo da aplicação.

Quando o BC reduz a Selic, a taxa curta cai, mas a taxa longa pode subir se o mercado achar que o BC terá que compensar o juro mais baixo de hoje com juro mais alto no futuro. A taxa longa também pode subir se o mercado achar que o futuro ficou mais incerto e, portanto, quiser mais prêmio de risco.

O que aconteceu no Brasil? O BC cortou a Selic e deve repetir a dose dentro de algumas semanas. Diante disso, a taxa de juro de curto prazo caiu, mas a resposta inicial do mercado foi elevar as taxas de juro de longo prazo.

Podem ser que o mercado ache que o BC voltará a subir a Selic dentro de um ano. Mas também pode ser que o risco-país tenha subido muito devido à incerteza política e fiscal associada ao governo Bolsonaro.

Seja qual for o motivo, o custo de crédito para empresas, fa-

mílias e governo é mais influenciado pela taxa longa do que pela taxa curta de juro. Assim, ao "empinar a curva", o mercado pode anular o efeito expansionista da queda da Selic.

Para evitar volatilidade excessiva das taxas longas de juro, o BC pode intervir no mercado de títulos públicos, o que nós, economistas, chamamos de "controle de curva".

No contexto atual, a ação seria de compra. O BC poderia fazer leilões de compra de títulos públicos de longo prazo, aumentando o seu preço e reduzindo a taxa de juro correspondente.

Intervenção nas taxas de juro de longo prazo é sem dívida, uma medida heterodoxa. Ela tende a ser adotada somente em condições excepcionais, como fizeram os EUA e o Japão após a crise de 2008.

Mais recentemente, o banco central da Austrália aderiu à

heterodoxia e anunciou que manterá a taxa de juro de um dia a três anos em 0,25%. Em outras palavras, o BC australiano disse que "paga o que for" por títulos de renda fixa para segurar a taxa de juro de até três anos em 0,25%.

Como seria no Brasil? Assim como lá fora, podemos intervir nas taxas longas, sobretudo agora que a "PEC do Orçamento de Guerra" diminuiu a incerteza jurídica para o BC comprar e carregar títulos públicos até o vencimento. Se isso vai ou não acontecer, depende do mercado e do BC.

Por enquanto, as taxas de juro longo subiram, mas no horizonte de até cinco anos elas ainda estão mais baixas do que no fim de 2019. A expectativa de recessão é tão grave, e a de inflação, tão baixa, que isso mais do que compensou a elevação do risco fiscal e político nos próximos cinco anos.

|DOM, Samuel Pessôa |SEG, Marcia Dessen |TER, Nizan Guanaes, Cecília Machado |QUA, Helio Beltrão |QUI, Cida Bento, Solange Srouf |SEX, Nelson Barbosa |SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

## Google destina dinheiro a 380 sites de notícias no Brasil

Nelson de Sá

SÃO PAULO O Google anunciou nesta quinta-feira (28) que mais de 5.300 pequenas e médias Redações receberam entre US\$ 5,200 (R\$ 26,5 mil) e US\$ 30 mil (R\$ 150 mil) de seu Fundo de Auxílio Emergencial ao Jornalismo, lançado em abril, sendo 380 no Brasil. Elas foram selecionadas dos mais de 12 mil pedidos enviados de 103 países, sendo

90% de veículos que contam com menos de 26 jornalistas. No Brasil, entre outros, receberam recursos A Gazeta, de Vitória (ES), Amazônia Real, de Manaus (AM), e Mais Verdes (São João del Rei, MG).

O fundo é voltado, como divulgado em abril, a "veículos locais, que atendam a uma comunidade geográfica específica". Mais de metade ficou de fora, por não produzir cobertura local ou diária

"ou por contar com menos de dois jornalistas".

Para Redações maiores, o Google anunciou também em abril que havia decidido isentar veículos do pagamento das faturas de sua plataforma de publicidade, Ad Manager, por até cinco meses, em processo de seleção semelhante.

Em entrevista pouco antes de divulgar os resultados do fundo, Richard Gingras, vi-

ce-presidente de Jornalismo (News) do Google, se negou a dar valores precisos, mas afirmou que a alocação de recursos em apoio ao jornalismo chega à casa dos US\$ 100 milhões (R\$ 530 milhões).

Os dois programas, voltados a Redações menores e maiores, abarcam "dezenas de milhões" cada um. Somados "a um compromisso adicional de gastos com marketing", publicidade do Google

nos veículos, atinge-se o valor global de US\$ 100 milhões.

"A pandemia causou uma reviravolta na indústria de meios de comunicação em todo o mundo, e o Brasil não é exceção", diz Henrique Matos, diretor de Parcerias de Mídia no Google Brasil. O fundo visa "apoiar esse setor durante a atual crise".

Gingras, quando lhe foi perguntado se pretende negociar com veículos jornalísticos

da Austrália e da França, países que demandaram que plataformas como o Google paguem pelas notícias que compartilham, respondeu:

"Obviamente, estou ciente das situações na França e na Austrália. E temos claramente o desejo de investir mais no setor, devido à sua importância para a nossa sociedade, e continuaremos a fazer isso. Vamos acelerar e investir mais".

**Amplie as fronteiras do seu conhecimento sem sair de casa**

Apenas **R\$ 24,90** cada livro + mapa

**COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA**

Sabe aqueles mapas antigos e raros que estão espalhados pelos maiores museus do mundo? Foram reunidos nessa grande coleção. São 10 volumes com 12 mapas em tamanho ampliado e coloridos para você emoldurar. Raridades como mapas-múndi medievais, primeiros registros cartográficos usando o termo América para se referir ao novo continente, e muito mais. Colecione!

São **10 livros + 12 mapas grátis** para emoldurar.

SO NO VOLUME 1 GRÁTIS 3 MAPAS

**ASSINANTE:** na compra da coleção completa, ganhe 10% de desconto, o frete e ainda pague em até 10x sem juros no cartão.

[folha.com.br/mapasantigos](http://folha.com.br/mapasantigos)

**FOLHA**  
NÃO DA PRÁ NÃO LER

\*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte [folha.com.br/mapasantigos](http://folha.com.br/mapasantigos)

# Gastos contra pandemia levam governo a rombo de R\$ 93 bi em abril

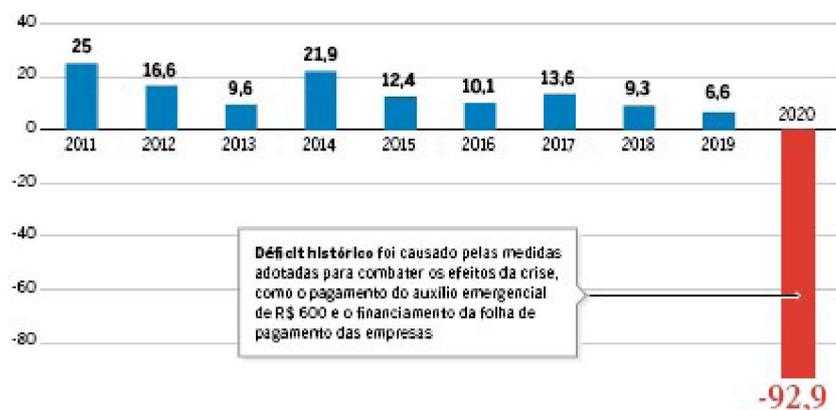
Déficit é o maior da série histórica e supera todo o ano de 2019. Só medidas de combate à crise somaram quase R\$ 60 bilhões

O Globo · 29 maio 2020 · MANOEL VENTURA manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Em abril, o primeiro mês fechado com os efeitos da crise causada pelo coronavírus, o governo federal registrou um rombo de R\$ 92,9 bilhões. Foi o pior resultado para as contas públicas em qualquer mês desde 1997, quando teve início a série histórica do Tesouro Nacional. A Organização Mundial da Saúde (OMS) só declarou a pandemia em 11 de março.

## RESULTADO DAS CONTAS PÚBLICAS

Comparação entre os meses de abril (em R\$ bilhões)



Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério da Economia. O resultado de abril supera todo o déficit registrado em 2019, que foi de R\$ 88 bilhões.

Na comparação com outros meses, em abril o governo arrecadou menos e gastou muito mais. O governo desembolsou, em abril, para todos os gastos, R\$ 175 bilhões, alta de 44,7% em relação ao mesmo mês de 2019.

## DÍVIDA ATINGIRIA 93% DO PIB

Somente os gastos relacionados ao combate ao coronavírus e a seus efeitos econômicos somaram R\$ 59,4 bilhões no mês passado. A Caixa Econômica Federal começou a pagar o auxílio emergencial de R\$ 600, o governo transferiu recursos para estados e municípios, teve gastos maiores com a saúde e arcou com os custos do programa de financiamento da folha de pagamento das empresas.

Além disso, as receitas federais despencaram 35,6%, a R\$ 82,1 bilhões. Isso se explica pelas medidas do governo para dar alívio às empresas, como o adiamento de pagamento de impostos, bem como pela desaceleração da atividade econômica.

O Tesouro destaca que, à exceção da expansão de R\$ 3 bilhões do Bolsa Família, todos os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19 são temporários, com execu-

ção concentrada no trimestre de abril a junho. Por isso, não haverá transferência de gastos para os próximos anos.

Em 2020, o déficit, nas projeções do governo, deve atingir R\$ 700 bilhões. Esse número pressupõe que não haverá renovação dos programas de combate aos efeitos econômicos e sociais do coronavírus. Mas o próprio presidente Jair Bolsonaro já disse que irá prorrogar o auxílio emergencial por um ou dois meses, ainda que em um valor abaixo de R\$ 600.

No cenário atual, a dívida pública brasileira deverá passar de 75,8% para mais de 93% do PIB, um crescimento de 17 pontos percentuais. Este patamar está muito acima da média dos países emergentes, que gira em torno de 50% a 60% do PIB.

Para o Tesouro, como o crescimento da dívida, “é imprescindível o compromisso do governo com o cumprimento do teto dos gastos nos próximos anos”. Essa regra limita o crescimento das despesas da União.

#### RETOMADA DAS REFORMAS

O ministério também quer “um esforço adicional” para recuperar parte da perda de arrecadação por meio de receitas extraordinárias, como, por exemplo, de concessões e de dividendos das estatais, em especial dos bancos públicos, que devem retomar a política de desinvestimentos e abertura de capital que estavam implementando antes da crise.

Para o Tesouro, o ajuste fiscal no Brasil só estará completo quando a dívida estiver em uma clara trajetória de queda. “A aprovação da agenda de reformas estruturais que ajude a aumentar o potencial de crescimento da economia será fundamental para melhorar a dinâmica da dívida/PIB no pós-crise.”

O órgão cobrou a construção de um consenso político para a retomada: “Assim, será importante que se construa o mínimo de consenso político para a retomada, ainda este ano, da agenda de reformas estruturais, que será fundamental para pagar a conta da crise em um ambiente de ajuste fiscal gradual com juros baixos.”

## 1º tri tem abertura recorde de empresas, mas movimento perde força em março

Para secretário, ainda é cedo para dizer que haverá no país mais fechamento de firmas que abertura nos próximos meses

Por **Edna Simão** — De Brasília

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



O Brasil teve uma abertura recorde de empresas no primeiro trimestre do ano, mas, com o efeito da covid-19 na economia, já houve redução em março, o que deve se intensificar nos meses de abril e maio. No primeiro trimestre, foram abertas no país 847 mil empresas, e, fechadas 292,4 mil. No fim de março, havia 18,287 milhões de empresas ativas no país.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Uebel, disse que é prematuro fazer prognóstico para o ano sobre se o número de empresas fechadas será superior ao de abertura devido aos efeitos do isolamento social e menor crescimento econômico. “Não podemos afirmar ainda que vai ter mais fechamento que abertura. Só quando tivermos um dado concreto”, afirmou o secretário, ressaltando que o cenário é de imprevisibilidade.

## Mapa de Empresas

Brasil encerra o 1º trimestre com 18,296 mi de empresas ativas

### ■ Estados com o maior crescimento no número de empresas abertas no primeiro trimestre de 2020

Estado	Empresas abertas	Var. em relação ao 4º tri de 2019 (%)	Var. em relação ao 1º tri de 2019 (%)
1º Mato Grosso	16.810	32,5	13,4
2º Paraná	63.233	25,4	19,3
3º Rondônia	5.414	24,3	9,2
4º Pará	18.299	23,4	21,7
5º Roraima	1.394	21,9	21,2

### ■ Estados com o maior crescimento no número de empresas fechadas no primeiro trimestre de 2020

Estado	Empresas fechadas	Var. em relação ao 4º tri de 2019 (%)	Var. em relação ao 1º tri de 2019 (%)
1º Piauí	2.013	18,7	2,0
2º Mato Grosso do Sul	3.606	15,1	8,9
3º Goiás	10.806	14,4	-3,5

4º Amazonas	2.465	14,2	16,0
5º Amapá	493	13,6	21,7

"Fonte: Mapa de Empresas da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia"

Os dados sobre abertura de empresas no país, assim como de fechamento, fazem parte de um novo levantamento lançado pelo governo federal chamado Mapa de Empresas. O objetivo da ferramenta é apoiar os empreendedores de todo o país a desenvolver seus negócios ou mesmo modificar o andamento dos já existentes e manter a saúde financeira de suas atividades.

Uebel destacou que, antes da pandemia, o país vinha numa situação muito boa, proporcionando um aumento da abertura de empresas. "Com a covid-19 o cenário mudou bastante, mas o tamanho de impacto só saberemos quando tivermos os dados de abril e maio. Os números de empresas abertas estão caindo muito."

O secretário disse que os Estados estão falando em processo gradual de abertura da economia. "Mesmo que não volte o cenário pré-covid, já é sinalização muito boa. As empresas que ultrapassarem este momento vão olhar com certo otimismo este processo de reabertura. Alguns setores vão sentir mais e outros menos", afirmou.

Segundo informações do Mapa de Empresas repassadas ao **Valor**, o maior percentual de crescimento na abertura de empresas no período ocorreu na região Norte (18,5%). Entre os Estados, Mato Grosso apresentou o melhor desempenho, se considerado o trimestre imediatamente anterior, com 32,5% de aumento. Já na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o Pará aumentou em 21,7% a abertura de empresas.

O levantamento mostra ainda que as atividades econômicas mais exploradas pelas empresas abertas no primeiro trimestre de 2020 foram cabeleireiro, manicure e pedicure (45,4 mil empresas abertas; 815,7 mil empresas ativas no total); comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (42,9 mil empresas abertas; 1,1 milhão de empresas ativas no total); promoção de vendas (36,1 mil empresas abertas; 358,5 mil empresas ativas no total); obras de alvenaria (29,9 mil empresas abertas; 473,4 mil empresas ativas no total); e fornecimento de alimentos preparados

preponderantemente para consumo domiciliar (23,4 mil empresas abertas; 264,6 mil empresas ativas no total).

O diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, André Santa Cruz, ressaltou que também é possível saber no Mapa de Empresas o tempo médio de abertura de empresas por Estados. Nos primeiros três meses deste ano, esse prazo foi de 3 dias e 16 horas em média, 19 horas a menos de espera para o empreendedor em relação ao último trimestre de 2019, quando a média foi de 4 dias e 11 horas.

A meta, publicada na Estratégia de Governo Digital 2020-2022, é de abrir empresas em um só dia. “É uma meta ousada e difícil, mas seguimos trabalhando”, ressaltou Uebel.

Segundo o Mapa de Empresas, Sergipe foi o Estado com o menor tempo de abertura do país: 1 dia e 1 hora para abrir uma empresa, 12 horas a menos que no último trimestre do ano passado. Já a Bahia teve o maior tempo de espera: 12 dias e 13 horas - houve, no entanto, uma redução de 2 dias e 3 horas na comparação com o último trimestre de 2019.

O cálculo do tempo médio de abertura considera o cumprimento da etapa da viabilidade (em que o município e a Junta Comercial, respectivamente, confirmam a possibilidade de a empresa se estabelecer no endereço indicado e usar o nome empresarial escolhido) e da etapa do registro (em que a Junta Comercial arquiva os documentos de constituição da empresa e lhe fornece o número do CNPJ gerado pela Receita Federal

De acordo com Uebel, a partir das informações que constam do Mapa de Empresas, o setor público poderá desenvolver novas políticas públicas. Além disso, os empreendedores terão mais condições de avaliar onde abriram empresas porque na ferramenta também há informações sobre o tempo para abertura de empresas por Estados.

# Auxílio emergencial terá de continuar por mais tempo

Houve redução de gastos de pelo menos R\$ 180 bilhões de abril de 2019 a abril de 2020 - quase igual ao déficit primário total em 12 meses

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Diante da maior recessão da história republicana, a rede inédita de proteção social lançada durante a pandemia não poderá ser retirada abruptamente. A recuperação será lenta e sujeita aos caprichos de novas ondas de contágio que possivelmente virão. Dentre as projeções, apenas a do ministro da Economia, Paulo Guedes, é a de que ela será rápida (em forma de V). O Brasil, que já tinha a maior dívida pública entre os emergentes como proporção do PIB (76%), terá de vê-la atingir 100% para que o Estado cumpra seu dever de socorrer os cidadãos durante uma pandemia que os impediu de trabalhar, assim como amenizar seus efeitos sobre a queda abissal das receitas das empresas.

É provável que o golpe principal nas receitas do governo federal tenha ocorrido em abril, ainda que os resultados de maio devam ter sido muito ruins. Elas caíram 31,9% (descontada a inflação) em abril, levando o déficit primário nos quatro primeiros meses do ano para R\$ 95,6 bilhões e o rombo em doze meses para R\$ 189,5 bilhões, ou 2,58% do PIB. As despesas, como esperado, fizeram o caminho inverso e subiram 44%. Nada desprezível foi a conta previdenciária, incluindo os regimes privado e público, que produziram um déficit de R\$ 336,7 bilhões, ou 4,6% do PIB, para o qual contribuiu a antecipação do 13º salário dos aposentados, injeção antecipada de recursos destinada a sustentar alguma demanda na pandemia.

O adiamento de pagamento de tributos fez a arrecadação de PIS-Cofins recuar pouco mais de 50% e a isenção no crédito derrubou a receita com IOF em 36,3% -

tudo isso só em abril. Os gastos diretos com o auxílio emergencial foram de R\$ 35,78 bilhões, enquanto o reforço à Saúde consumiu R\$ 4,7 bilhões no mês. O financiamento para o pagamento de salários atingiu R\$ 17 bilhões.

A estimativa inicial do governo é de um déficit anual de R\$ 540,5 bilhões, mas ele deverá ser maior, algo em torno dos R\$ 650 bilhões (**Valor**, ontem), pois pressupõe o que parece economicamente, e politicamente, inevitável. O governo terá de parcelar os impostos não pagos das empresas, que o teriam de quitar em agosto e outubro, quando ainda estarão se debatendo com uma demanda muito contida.

A ideia de um Refis empresarial é levantada por Paulo Guedes que, porém, nega a ideia quando o assunto é suprir recursos aos trabalhadores informais (38 milhões de pessoas). Guedes propôs auxílio inicial de R\$ 200, a Câmara elevou-o a R\$ 500 e o presidente Jair Bolsonaro concordou com R\$ 600. Guedes voltou com os R\$ 200 agora, talvez por três meses, e disse que não era boa ideia ficar prorrogando o auxílio, pois senão as pessoas “não irão mais trabalhar”, como se R\$ 600 fosse um maná que permitisse a todos viver despreocupadamente.

É possível que a pandemia continue a fazer mais estragos, por mais tempo, no país devido exatamente ao comportamento aberrante de Bolsonaro e seu estado de negação do vírus. Obviamente, quanto antes a economia retomar seu ritmo, com segurança para a saúde de todos, melhor. Mas o escarcéu provocado pelo presidente, que demitiu dois ministros da Saúde, retirou a União de seu papel central de coordenador de esforços e unificador de procedimentos, além de, com seu exemplo pessoal, estimular as pessoas a saírem às ruas durante a quarentena. É bem possível que a retomada não seja nem linear nem livre de retrocessos também por isso.

O importante é que o auxílio dure enquanto durar a emergência. Há diversos pontos de vista sobre o que vem depois - se um programa de renda básica universal ou um Bolsa família, um programa focado que deu resultados, ampliado e com pagamento maior. Não é hora, porém, de criar a renda universal na saída da pandemia. Os recursos necessários para isso são imensos e só seriam supridos por meio de uma mudança tributária de fundo. Mesmo uma reforma parcial, como a que se discutia antes da covid-19 no Congresso estava empacada, e o governo não mostrou a sua. Guedes ressuscitou a versão digital da péssima CPMF.

Reassegurar o controle de gastos é tarefa para quando a economia se reaquecer. A dívida será bem maior para todos os países e, relativamente, o país continuará no desconfortável lugar em que já se encontrava. Poderia ser pior. Os juros da dívida pública, sob qualquer medida, são os menores desde sempre. Levando em conta os vários títulos dos papéis em poder do público e a queda das taxas, houve redução de gastos de pelo menos R\$ 180 bilhões de abril de 2019 a abril de 2020 - quase igual ao déficit primário total em 12 meses. Essa folga é preciosa.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas  
THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora  
MILITARY BUD

### LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Urso grande vê gato em sua jaula, depois faz algo que ninguém esperava.  
TRAVEL FEED

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

VÍDEO: Presidente da Caixa chama integrantes de PT, PMDB e PSDB de ladrões

## BNDES é escalado para reativar Novo Mercado do Gás

Banco vai sugerir a criação de uma SPE para operação da malha de gasodutos; programa foi lançado em julho do ano passado

Por **André Ramalho** — Do Rio

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Fábio Abrahão, diretor do BNDES: no setor de gás, há um mercado ainda nascente que precisa de um articulador — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Quase um ano após o lançamento do programa Novo Mercado de Gás, com as bases para a abertura do setor de gás natural, a indústria ainda está longe do choque de energia barata prometido pelo governo. A equipe econômica, porém, deposita a fichas no gás para atrair os investimentos necessários para a recuperação da economia. E o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer, nesse sentido, se posicionar como articulador, entre os agentes da iniciativa privada, para destravar o mercado.

Na tentativa de construir uma agenda para a retomada econômica, no contexto da pandemia, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, se reúnem nesta sexta-feira com agentes do setor, como Petrobras, Shell e Equinor, e o Ministério de Minas e Energia, para discutir formas de atrair os investimentos que ainda não aconteceram no primeiro ano do programa.

O diretor de infraestrutura do BNDES, Fábio Abrahão, explica que, num mercado já consolidado, oferta e demanda se casam naturalmente, mas que, no caso do setor de gás, há um mercado ainda nascente que precisa de um articulador. E destacou que o banco assumirá essa missão.

O BNDES divulgou esta semana um relatório com uma série de sugestões para desenvolvimento desse mercado. A ideia é que, até julho, a instituição apresente um plano de ação para destravar o setor. Uma das principais preocupações do banco está na expansão da malha de gasodutos marítimos de escoamento. A expectativa é que a infraestrutura atual fique estrangulada a partir de 2025, o que demanda investimentos urgentes.

“Estamos entrando para suprir essa lacuna [de articulação]. Temos a experiência de lidar com informações altamente sensíveis das empresas e somos um agente neutro. Estamos conversando de um lado com as produtoras de gás do pré-sal e, de outro, com indústrias internacionais que têm interesse em vir para o Brasil, para ver se conseguimos fazer o encontro entre a oferta e demanda e para que em 2021 tenhamos decisões concretas de viabilização de projetos”, disse Abrahão ao **Valor**.

O banco sugere a criação de uma sociedade de propósito específico para operação da malha de gasodutos de escoamento. Hoje, a infraestrutura é operada pela Petrobras. A proposta do banco é criar um sistema compartilhado entre as produtoras de óleo e gás. O ideal, na visão do BNDES, é que a malha seja assumida por uma operadora independente. O banco se propõe a criar uma linha de financiamento para o segmento, mas pontua que debêntures incentivadas de infraestrutura também poderiam suprir a demanda. “Não acreditamos que recursos serão o gargalo”, afirmou Abrahão.

Na distribuição, o BNDES defende a privatização das concessões estaduais. A ideia é atrelar a chegada de novos investidores a um novo contrato de concessão, mais moderno, com regras tarifárias justas e metas de investimento. Já do lado da demanda, Abrahão destaca que o banco se coloca como financiador de projetos. E cita o exemplo do potencial de massificação do uso do gás em veículos pesados, como ônibus no transporte urbano e caminhões no escoamento da produção agrícola.

O Novo Mercado de Gás foi lançado em julho de 2019, com a promessa de reduzir pela metade o preço do gás em dois anos. Havia uma expectativa otimista de que a chamada pública para contratação da capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) fosse atrair novos agentes, mas, num primeiro momento a Petrobras se manteve como única supridora - embora, no contexto da abertura, as distribuidoras tenham conseguido renovar seus contratos com a estatal com um corte de 10% nos preços.

A Petrobras funciona, hoje, como principal motor da abertura. A empresa se comprometeu com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a reduzir sua participação no mercado e, desde 2019, colocou à venda a Gaspetro; abriu

capacidade do Gasbol para terceiros; e iniciou a abertura das suas unidades de processamento, por exemplo. As medidas, contudo, ainda não foram suficientes.

O diretor-executivo da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, acredita que, mesmo com a crise, os fundamentos da abertura ainda são sólidos, mas que o governo precisa solucionar dois pontos para que investidores se sintam confortáveis: traçar um cronograma, com previsibilidade, para as chamadas para contratação da capacidade dos gasodutos; e regulamentar a figura do supridor de última instância - responsável por garantir, de forma remunerada, a oferta aos consumidores cujos fornecedores venham a falhar na entrega.

“Governo não assina contrato. Ainda temos pontos que impedem ambos os lados [produtor e consumidor] de tomar risco”, comentou esta semana, em evento online.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas  
THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora  
MILITARY BUD

### LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Funciona mesmo? Nova técnica engrossa pele velha e estica pescoço flácido  
RENOVA C

### LINK PATROCINADO

Urso grande vê gato em sua jaula, depois faz algo que ninguém esperava.

# Brasil perde 4,9 milhões de vagas de fevereiro a abril

Desistência de procurar postos breca alta maior da taxa de desemprego

Por **Anaís Fernandes e Bruno Villas Bôas** — De São Paulo e do Rio

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Com o choque da covid-19 na economia levando a dispensas generalizadas entre os setores, o Brasil perdeu 4,9 milhões de ocupações entre fevereiro e abril deste ano, registrando quedas recordes tanto em relação aos três meses até janeiro (-5,2%) quanto ante igual período de 2019 (-3,4%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo IBGE. Para maio, a expectativa é que o mercado de trabalho continue sob pressão.

A população ocupada somou 89,2 milhões de pessoas no trimestre encerrado em abril, enquanto nos três meses até janeiro era de 94,2 milhões. Houve perda de ocupações no comércio (-1,2 milhão), construção (-885 mil), serviços domésticos (-727 mil), indústria (-685 mil) e outros serviços (-366 mil). Apenas o serviço público (municipal, estadual e federal) não reduziu os ocupados - contratou 287 mil. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados anteontem já antecipavam o quadro dramático do mercado de trabalho. Só em abril, foram fechados 860,5 mil postos formais, um recorde na série iniciada em 1992.

## Forte impacto

Queda na população ocupada foi a maior da série

Indicador	fev-abr/ 2020	nov/19- jan/20	fev-abr/ 2019
População ocupada (milhões)	89,2	94,2	92,3
População desocupada (milhões)	12,8	11,9	13,2
Desalentados (milhões)	4,9	4,7	5
Taxa de participação na força de trabalho (%)	59	61,7	61,9

### ■ Taxa de desemprego, em %





Fonte: IBGE

Apesar do cenário sem precedente recente, o avanço do desemprego entre fevereiro e abril, capturando um mês e meio de medidas de isolamento no país, foi menor do que o esperado. A taxa de desocupação no país subiu de 11,2% nos três meses até janeiro para 12,6% no trimestre até abril, atingindo 12,8 milhões de brasileiros. Trata-se da pior taxa desde o primeiro trimestre do ano passado (12,7%), mas a mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data apontava 13,3%.

PUBLICIDADE

Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](http://who.int)

Longe de trazer uma boa notícia, foi na verdade a desistência de trabalhadores de procurarem emprego em meio à pandemia que ajudou a segurar a taxa de desemprego no período. Embora 4,9 milhões de pessoas tenham perdido suas ocupações no trimestre até abril, a maioria não voltou a procurar trabalho, já que o contingente de pessoas desocupadas (que estão ativamente em busca de recolocação) aumentou “apenas” 898 mil no período.

“As pessoas pararam de procurar emprego. Elas não podem circular e sabem que, no geral, num cenário de pandemia, as empresas não estão ofertando vagas. Isso mascara a alta taxa de desemprego”, diz Cosmo Donato, economista da LCA Consultores.

O fenômeno é percebido na taxa de participação, que caiu para 59% no trimestre encerrado em abril, ante 61,7% no período até janeiro. A taxa mede a razão entre a população economicamente ativa (PEA) - pessoas com 15 ou mais anos empregadas ou procurando emprego - e a população em idade ativa (PIA), ou seja, com idade igual ou superior a 15 anos. Se a PEA fosse mantida no mesmo nível de fevereiro (antes da quarentena), a taxa de desemprego teria sido de 15,9% no mês passado, estima o Banco Safra em relatório. O número bate com as projeções de 16% do JPMorgan e do Itaú Unibanco em exercícios para atenuar o efeito da taxa de participação.

Segundo Luka Barbosa, economista do Itaú, a taxa de desemprego deixou de ser a métrica mais importante para acompanhar o mercado de trabalho nos próximos meses. Ele recomenda olhar para a taxa de desemprego ajustada sazonalmente, com taxa de participação constante, além da ocupação. “O mercado de trabalho piorou como se imaginava, com perda intensa de ocupações, e disseminadas”, diz.

Os dados do IBGE mostram que trabalhadores informais foram os mais atingidos em um primeiro momento. No trimestre até abril, 3,7 milhões de trabalhadores sem registro perderam suas ocupações na comparação com os três meses anteriores. Isso representa 76% das 4,9 milhões de ocupações totais perdidas. Mas o mercado formal também sofreu. O setor privado, por exemplo, dispensou 1,5 milhão com carteira.

A saída maior de trabalhadores informais do mercado ajuda a explicar por que o rendimento médio aumentou no trimestre até abril. “Você tira da amostra trabalhadores que, em geral, ganham menos”, diz Donato. O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos foi de R\$ 2.425 no trimestre encerrado em abril, 2% acima do verificado no trimestre móvel anterior (R\$ 2.378) e 2,5% ante o mesmo período do ano passado.

Outros recordes foram batidos em abril. O número de trabalhadores subutilizados (como é chamada a mão de obra “desperdiçada”) cresceu 8,7% no trimestre, na comparação com os três meses até janeiro, para 28,7 milhões de pessoas. Espécie de “taxa de desemprego ampliada”, a taxa de subutilização foi de 25,6% no trimestre até abril, também um recorde.

Considerando apenas as pessoas que não estão procurando emprego, mas que se dizem disponíveis para trabalhar (desalentados), o crescimento foi de 7% no trimestre até abril, ante os três meses até janeiro, para 5 milhões de pessoas. Em relação ao ano anterior, porém, houve virtual estabilidade, o que pode indicar que parte das pessoas não está nem declarando que gostaria de trabalhar.

Uma hipótese seria que o auxílio emergencial (R\$ 600) está dando conta de recompor parte da renda familiar, diz Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). Outra é as pessoas estarem associando trabalhar ao risco de contágio.

Para maio, Barbosa, do Itaú, espera mais destruição de ocupações, embora em ritmo menor. Ele diz acreditar que demissões na indústria possam mostrar redução ou estabilidade, enquanto o setor serviços deve continuar com cortes mais expressivos.

Embora os programas temporários do governo para suspensão de contrato e redução de salário/jornada possam ter ajudado a segurar parte do desemprego no setor formal no mês passado, para maio a tendência é que as medidas percam esse poder, avalia Donato, da LCA. “Em abril, a perspectiva ainda não era tão desfavorável em relação ao prolongamento da pandemia, o governo tinha acabado de anunciar as medidas de flexibilização para os contratos de trabalho. A conjuntura permitiu às empresas que segurassem parcela dos empregos formais”, afirma.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas  
THE PRIMARY MARKET

# Déficit em abril atinge nível recorde de R\$ 92,9 bilhões

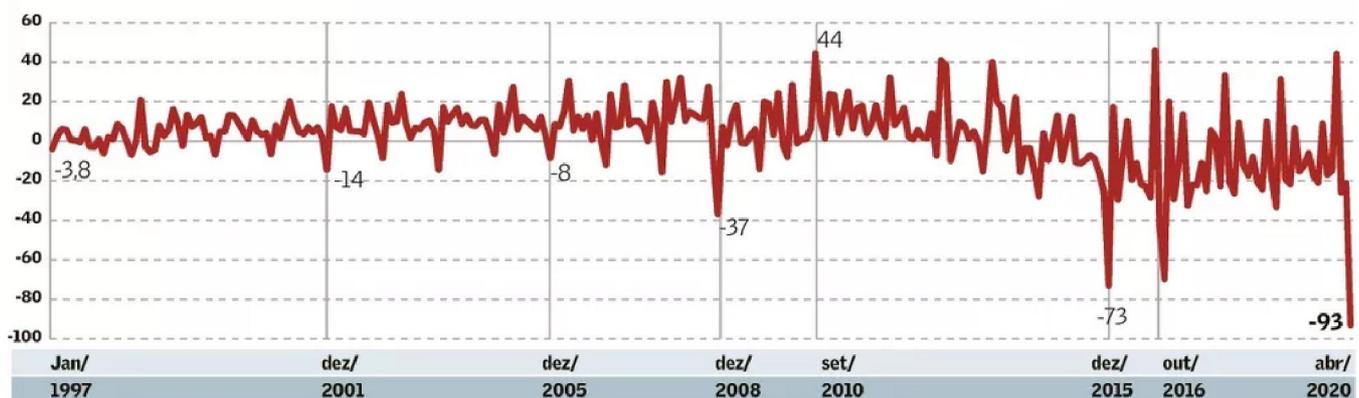
Expectativa do Tesouro é que maio e junho tenham rombo maior

Por Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Déficit histórico

Governo central tem pior resultado da série em abril - resultado primário em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional. Dados corrigidos pela inflação

Na esteira das medidas de combate aos efeitos da pandemia, o governo central - que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - registrou déficit primário recorde em abril, de R\$ 92,9 bilhões. O número supera com folga o pior resultado verificado até então, de dezembro de 2015. Naquele mês, o déficit foi de R\$ 72,9 bilhões, considerando valores corrigidos pela inflação. A série histórica do Tesouro começa em 1997.

Para ter uma ideia, o resultado de abril se aproxima do registrado em todo o ano de 2019, negativo em R\$ 95 bilhões. O número, no entanto, não surpreende, explicou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em apresentação dos dados. "A

gente esperava até um número pior, acima de R\$ 100 bilhões. Esse número só não foi pior porque ainda não ocorreram os pagamentos de precatórios, que em geral ocorrem em março e abril”, disse. Nos meses de maio e junho, os déficits também devem ser recordes.

Em abril, a receita líquida caiu 35,6% na comparação com o mesmo mês do ano passado, em razão principalmente do diferimento de impostos e da redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Mansueto destacou que, por ora, a postergação dos tributos teve mais efeito sobre a arrecadação do que a queda na atividade econômica.

As despesas, por sua vez, cresceram 44,7% na mesma base de comparação, devido principalmente à execução de medidas de combate à crise, que somaram R\$ 59,4 bilhões em abril. “São nos meses de abril, maio e junho que se concentram todas as despesas extras aprovadas pelo Congresso Nacional para fazer frente aos efeitos econômicos e sociais da covid-19”, disse Mansueto.

O resultado de abril é reflexo de um déficit de R\$ 59,2 bilhões do Tesouro Nacional, de R\$ 33,3 bilhões na Previdência Social e de R\$ 243 milhões do Banco Central (BC). No ano, o resultado do governo central está negativo em R\$ 95,8 bilhões. Já em 12 meses, acumula déficit de R\$ 189,5 bilhões, ou 2,58% do PIB.

A meta fiscal deste ano previa um rombo de R\$ 124,1 bilhões, mas foi suspensa pela decretação do estado de calamidade pública frente à pandemia.

Agora, a estimativa do Tesouro para o ano é de déficit de R\$ 675,7 bilhões (9,4% do PIB), projeção que ainda pode piorar, informou Mansueto. Para o setor público consolidado, a estimativa é de um resultado negativo de R\$ 708,7 bilhões (9,9% do PIB). Hoje, o governo trabalha com previsão de queda do PIB de 4,7%, número que pode ser revisado para baixo.

A situação das contas públicas levou o Tesouro a fazer um “alerta” no documento que acompanhou a divulgação. O déficit estimado pressupõe que não haja novas frustrações de receitas ou renovação de programas de combate aos efeitos da crise, muitos deles programados para terminar em junho. Já estão em andamento discussões para prorrogar, por exemplo, o auxílio emergencial de R\$ 600.

“Se algum programa for renovado ou se houver novas frustrações de receitas, o déficit primário do setor público passará de 10% do PIB, pressionando ainda mais o crescimento da dívida líquida e bruta”, diz o texto.

A previsão é de que a dívida bruta passe de 75,8% do PIB para mais de 93% do PIB com as medidas já anunciadas. A dívida líquida do setor público passará de 55,7% para cerca de 68% do PIB em um ano. Mansueto frisou que o país já tem um nível de endividamento alto em relação a outros emergentes.

“É imprescindível o compromisso do governo com o cumprimento do teto dos gastos nos próximos anos e um esforço adicional para recuperar parte de perda de arrecadação por meio de receitas extraordinárias, como receitas de concessões e receitas de dividendos das estatais, em especial dos bancos públicos”, diz o Tesouro.

Mansueto defendeu também a retomada de agenda de reformas após a pandemia e o trabalho conjunto do Executivo e do Legislativo para dar andamento às pautas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas  
THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora  
MILITARY BUD

### LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é  
FREE HUB



**Por Humberto Saccomandi**

Humberto Saccomandi é editor de Internacional do Valor desde... [ver mais](#)

## Epidemia deve levar a aumento de impostos

Por causa da epidemia, os países terão déficits orçamentários recordes e aumento da dívida pública

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Governos por todo o mundo estão fazendo esforços hercúleos para conter a devastação causada pela epidemia de covid-19 na economia e na saúde. Nunca se gastou tanto em tempos de paz. Passado o pior dessa crise, a ressaca fiscal deverá resultar igualmente desafiadora. Será difícil escapar de uma onda de aumento de impostos para reajustar as contas públicas. Haverá muita movimentação nesse sentido nos próximos meses. E esse processo de alta da carga fiscal, se não bem conduzido, pode gerar tensão social, política e mais dano econômico.

Neste momento de guerra ao coronavírus, os governos estão aumentando incrivelmente os seus gastos, de um modo que é até difícil de controlar, para financiar o setor de saúde e para ajudar empresas e pessoas que perderam faturamento e renda.

**Países terão déficit público recorde. Essa conta terá de ser paga**



Os governos estão sofrendo ainda com uma queda sem precedentes da receita. A atividade econômica desabou, e a arrecadação de impostos caiu junto. Além disso, os programas de socorro incluem medidas de alívio fiscal. Muitos países adiaram o recolhimento de impostos ou reduziram seu valor. Possivelmente, parte desses impostos nunca serão pagos.

Assim, a pressão imediata por mais gastos combinada com a queda na receita está gerando uma situação fiscal explosiva, que é generalizada. A maioria dos países deve ter déficit público recorde neste ano. A África do Sul já prevê déficit acima de 10% do PIB. Cingapura prevê mais de 15%, projeção que também já se vê no Brasil. Nos EUA, o Escritório de Orçamento do Congresso prevê déficit neste ano de US\$ 3,8 trilhões, quase quatro vezes os US\$ 984 bilhões do ano passado, atingindo cerca de 18% do PIB.

Há muita dúvida quanto à duração da epidemia e o dano adicional que ela ainda pode causar, o que dificulta antecipar quanto os governos ainda terão de gastar. Também há dúvidas sobre a intensidade da recuperação pós-epidemia. Quanto mais rápida e forte ela for, mais receita fiscal vai gerar, ajudando assim no ajuste das contas públicas. Mas se essa retomada for lenta, o ajuste fiscal será mais demorado. O Reino Unido, por exemplo, prevê que o déficit fiscal do país só cairá abaixo de 5% do PIB após 2024.

Não sabemos direito também como será a demanda social no pós-epidemia. Certamente haverá pressão para fortalecer os sistemas de saúde, especialmente a preparação para epidemias. Além disso, muitos países estão adotando temporariamente programas de distribuição de renda. Pode ser difícil retirá-los subitamente. A Espanha, por exemplo, anunciou que quer criar um programa permanente de renda mínima. Outros países estão avaliando isso.

Ou seja, os gastos públicos explodiram, a receita caiu e é incerto que essa dinâmica possa ser corrigida rapidamente.

Parte dessa conta que se avoluma está sendo paga com impressão monetária, direta ou indiretamente, como por meio de programas de flexibilização quantitativa. Nesse caso, os BCs financiam os governos por meio da compra indireta de títulos públicos, no mercado secundário, como faz o Banco Central Europeu. Boa parte da conta, porém, vai virar dívida.

Países com mais solidez econômica e financeira têm maior credibilidade e podem lidar melhor com um aumento expressivo da dívida pública. Mas a maioria, não. Isso implica o risco grande de uma crise da dívida, principalmente nos países emergentes. Estes, para financiar suas dívidas, se verão compelidos pelos mercados a ao menos indicar um caminho de ajuste nas suas contas públicas

Mas todos terão de lidar com essa dívida, cedo ou tarde. E a dinâmica das contas sugere que será difícil evitar um aumento de impostos. Muitos países já estão discutindo isso. A Comissão Europeia também deixou claro que buscará mais impostos - inclusive inéditos impostos europeus - para financiar o seu plano de recuperação da União Europeia, de € 750 bilhões.

“A dívida pública vai crescer. Essa dívida uma hora terá de ser paga. E como é que se paga? Com impostos, não há outro modo”, disse ontem o ex-presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, em webinar promovido pelo Fundação Fernando Henrique Cardoso. “Vai ter a dívida pública a pagar, o que exige maior taxaço”, completou, a respeito a aumento do papel do Estado decorrente da epidemia.

“Vamos sair [dessa crise] muito endividados”, disse Fernando Henrique Cardoso no webinar. Ele acha que os governos estão corretos em “jogar dinheiro” neste momento, mas “a dívida vai aumentar” e “o custo disso será pago nos próximos anos”, afirmou. “Precisaremos de mais taxaço para redução da dívida.”

Mas quais impostos elevar? Aumentar quanto? Por quanto tempo? Essa discussão complexa deverá crescer à medida que os países forem saindo da situação de

emergência da pandemia. Se não for encaminhada com habilidade, pode gerar um corrosivo conflito distributivo, sobre como dividir a conta.

As maiores fontes de arrecadação dos governos são os impostos sobre a renda e sobre o consumo. Mas subir muito o imposto de renda das empresas, num momento em que muitas delas estarão tentando sair do coma induzido pela crise, pode ser contraproducente. Taxar muito mais o consumo também é arriscado, pois as economias já estão com a demanda deprimida. Elevar o imposto de renda da pessoa física, possivelmente dos mais ricos, deverá ser uma opção.

Essa pressão de maior taxaçaõ dos mais ricos deve crescer, já que a crise tende a aumentar ainda mais a desigualdade, que já vinha em alta nas últimas décadas.

Há outras ideias sendo discutidas, como o imposto sobre fortunas, a taxaçaõ das gigantes digitais (que pagam menos impostos que as demais empresas), ampliar a taxaçaõ sobre ganhos financeiros ou até o imposto sobre transações financeiras. No Brasil, o governo já ventila ressuscitar a CPMF.

A Comissão Europeia propõs ainda uma taxa sobre o plástico (que incentivaria a reduçaõ do consumo), ampliar a taxaçaõ de emissões de carbono e um controverso imposto de importaçaõ que seria cobrado de produtos vindos de países que não cumprem metas de reduzir as suas emissões. Isso pode gerar uma nova onda protecionista.

FHC alertou que “as pessoas precisam acreditar que o dinheiro [dos impostos] não é para aumentar o tamanho do Estado, mas para reduzir a dívida pública”. E Durão Barroso alertou que é importante “que o Estado não atinja um peso que possa prejudicar a iniciativa privada” Não é um processo fácil de tocar.

**Humberto Saccomandi é editor de Internacional. Escreve mensalmente às sextas-feiras**

**E-mail: [humberto.sacomandi@valor.com.br](mailto:humberto.sacomandi@valor.com.br)**

# Governo quer destravar mais investimentos em ferrovia

Renovação de concessão da Malha Paulista, da Rumo, gerou R\$ 2,9 bilhões à União como pagamento da outorga, além de aportes de R\$ 6 bilhões na via

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A previsão de repasse de R\$ 2,9 bilhões à União, como pagamento da outorga pela prorrogação antecipada da ferrovia Malha Paulista, poderá ser convertida em novos investimentos no setor, informou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Para que isso ocorra, mesmo após a assinatura dos aditivos contratuais, o governo deve recorrer ao mecanismo de “investimento cruzado” criado pela Lei 13.448/17.

“Acabamos tendo na mão R\$ 2,9 bilhões de outorga que não necessariamente vão para o Tesouro. A gente tem a possibilidade de fazer investimentos adicionais e de até colocar dinheiro em outras situações”, disse Tarcísio, em webinar que discutiu ontem o novo contrato da Malha Paulista, concessão da Rumo.

O direcionamento do valor de outorgas para outros projetos deve ser usado também na prorrogação dos contratos de ferrovia da Vale. Os recursos da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), por exemplo, darão suporte à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico).



Ads by Google

Stop seeing this ad

Why this ad? ⓘ

No caso da Malha Paulista, Tarcísio explicou que a ferrovia conta com uma “limitação muito severa” na capacidade de transporte de carga, o que exigiu um alto investimento na própria malha. Para ele, isso reduziu o valor da outorga, porém não impediu que o dinheiro seja convertido em investimento no setor.

O ministro explicou que a definição de “outras destinações” dos recursos fica a critério do poder concedente - ou seja, o próprio governo. Uma das propostas que vem sendo estudada, mas que não se aplicaria ao valor devido pela Rumo, é a compra dos trilhos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Para o ministro, isso dará “grande impulso” à malha ferroviária construída pela estatal Valec.

Assinada a prorrogação dos contratos da Malha Paulista na última quarta-feira, o ministro da Infraestrutura disse que, agora, a expectativa do governo se volta para a liberação dos estudos sobre as concessões ferroviárias da Vale.

“Estamos mais perto do que longe de comemorar, daqui a pouco, uma autorização do TCU [Tribunal de Contas da União]”, comentou o ministro no webinar com executivos da Rumo, braço logístico do grupo Cosan.

Tarcísio lembrou que a outorga apontada pelo plano de negócio da prorrogação do contrato da ferrovia Vitória-Minas deve garantir a construção da Fico, com a execução do trecho que vai do Alto Araguaia (MT) até a ligação com a Ferrovia Norte-Sul.

“A concessionária vai construir essa ferrovia para nós (...). Na sequência, a gente faz a licitação da operação do novo trecho, o que obviamente vai gerar uma nova outorga para ser investida”, disse o ministro. Ele ressaltou que o governo já está fazendo o levantamento de todas as outorgas de novos contratos de ferrovias e onde os recursos serão empregados.

Outra proposta de prorrogação de contrato do setor que “muito em breve” será submetido à análise do TCU envolve trecho operado e mantido pela MRS Logística, afirmou Tarcísio.

Durante o evento virtual, o presidente do conselho de administração da Rumo, Marcos Lutz, informou que a companhia terminará 2020 com quase R\$ 5 bilhões em caixa para garantir os investimentos de expansão da malha ferroviária, mesmo se houver o agravamento da crise econômica no país.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Ninguém apareceu para a festa de aniversário dele, então sua mãe fez a coisa mais criativa de todas  
THE PRIMARY MARKET

### LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora  
MILITARY BUD

### LINK PATROCINADO

Um homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, mas só depois percebe o que é  
FREE HUB

### LINK PATROCINADO

Urso grande vê gato em sua jaula, depois faz algo que ninguém esperava.  
TRAVEL FEED

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

VÍDEO: Presidente da Caixa chama integrantes de PT, PMDB e PSDB de ladrões

# Guedes promete plano de emprego em até 40 dias

Waldery volta a falar em prorrogação do auxílio emergencial, hoje de R\$ 600

Por **Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro, Vandson Lima e Renan Truffi** — De Brasília

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Geração de empregos e redução da pobreza passaram para o centro das atenções da equipe econômica. Numa videoconferência com empresários realizada ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu anunciar em 30 ou 40 dias um programa de geração de empregos. Numa audiência pública no Congresso, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, admitiu que o auxílio emergencial deve ser prorrogado, mas em outro formato, inspirado no Bolsa Família.

Guedes contou que o pagamento do auxílio emergencial trouxe ao conhecimento do governo 38 milhões de brasileiros que jamais haviam tido uma carteira de trabalho. Acha que poderiam ser o público para a Carteira Verde-Amarela, segundo relatou ao **Valor** o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. A informação foi confirmada por outro participante.

A Carteira Verde-Amarela é um contrato de trabalho não regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Benefícios como o 13º salário e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem ser incorporados ao pagamento mensal.



Na quarta-feira, o governo anunciou o fechamento recorde de 860,5 mil vagas formais em abril. Mas estimativas que circulam nos meios técnicos apontam para um cenário muito mais agudo: até 6 milhões de novos desempregados até agosto. É esperada também alta acentuada dos níveis de pobreza, daí a necessidade de um novo programa social.

“Auxílio emergencial muito provavelmente será renovado, mas com outro perfil, outro formato”, previu Waldery. Trata-se de um “programa caro”, de acordo com ele.

Segundo Waldery, o Bolsa Família será usado como referência para um redesenho do programa. Guedes já indicou que numa eventual prorrogação poderão ser pagos R\$ 200 por um ou dois meses, mas o presidente Jair Bolsonaro avaliou que é pouco.

A retomada dependerá primordialmente dos investimentos do setor privado, disse Guedes aos empresários. O governo mantém seu compromisso com o teto de gastos, por isso não é possível elevar substancialmente os investimentos públicos. Ele pediu apoio para aprovar reformas econômicas em análise no Congresso, como o marco do saneamento.

Segundo Guedes, 8 milhões de empregos foram salvos pelo programa que permite às empresas suspender contratos de trabalho ou reduzir proporcionalmente jornada e salários. O sucesso desse mecanismo, comentou o ministro, fez com que a linha de financiamento para folha salarial lançada pelo governo, o Fopas, ficasse em segundo plano.

O Fopas será aperfeiçoado, com aumento da cobertura, informou o ministro, segundo um participante. Não citou números. Pelas regras atuais, o Tesouro oferece 85% do crédito e o banco, os outros 15%. No Congresso, há discussões para elevar a cobertura federal para 100%.

## Tesouro deve reforçar emissões de títulos

Estudo mostra que, em pior cenário, colchão de liquidez do Tesouro pode ser esgotado em 2021

Por **Lucas Hirata** — De São Paulo

29/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



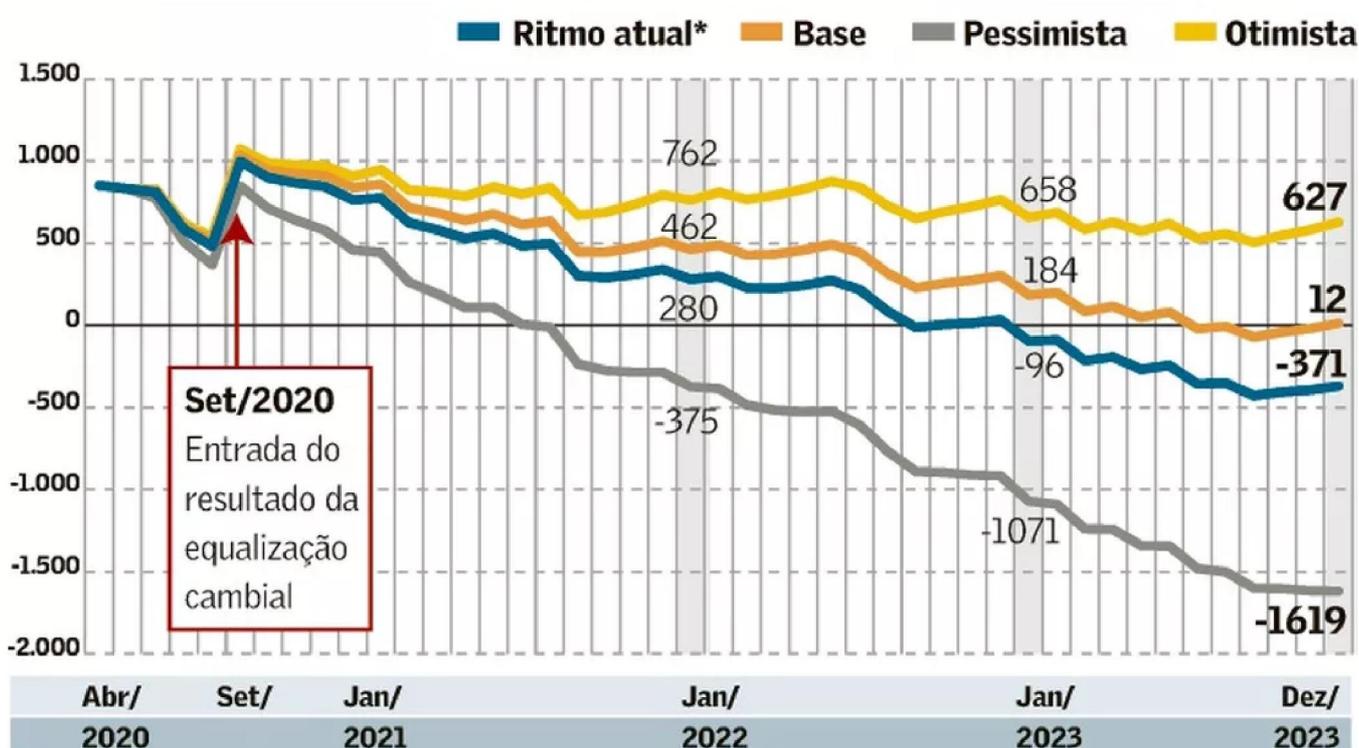
Ferez, da Renascença: Mesmo uma postura fiscal favorável de longo prazo para a sustentabilidade da dívida não garante a ausência de crises de solvência — Foto: Celso Doni/Valor

Diante da gravidade da crise econômica, o Tesouro Nacional terá de realizar emissões mais robustas de títulos públicos, em todas as suas modalidades, nos próximos anos para manter o refinanciamento da dívida do governo e cobrir o déficit primário. Tudo isso caso não haja redução dos gastos públicos com contenção fiscal ou aumento das receitas via tributação, por exemplo.

Em estudo feito pela Renascença, calcula-se que o Tesouro tenha aproximadamente R\$ 540 bilhões em caixa hoje para pagamento da dívida. Esse colchão de liquidez é equivalente a cerca de seis meses de vencimentos de títulos da dívida pública. No entanto, o risco é que esse seguro se esgote a partir de 2021 em seu pior cenário, dada a contração da economia, que tem acarretado em aumento de gastos públicos e perda de receita.

## Cenários para recursos do Tesouro

Emissões, vencimentos, déficit primário e equalização cambial (R\$ bi)



Fonte: Renascença DTVM. Elaboração: Valor Data \*Projeção de futuras colocações baseada na média dos últimos 4 leilões

“Com as atuações extraordinárias do mês de março e consequente queda das emissões, o refinanciamento da dívida se tornou tema de grande discussão. Mesmo uma postura fiscal favorável de longo prazo para a sustentabilidade da dívida não garante a ausência de crises de solvência dos governos que muitas vezes sofrem com restrições de liquidez de curto prazo”, alerta Fernando Ferez, autor do estudo e estrategista-chefe da Renascença.

A instituição estima que o Tesouro terá de arcar com R\$ 950 bilhões em vencimentos em títulos públicos em 2020 e um déficit primário de R\$ 250 bilhões.

Logo, não bastará que o Tesouro Nacional emita os R\$ 950 bilhões para manter o colchão de liquidez, mas precisaria emitir ao menos R\$ 1,2 trilhão. Para Ferez, “manter a rolagem da dívida não é uma condição suficiente para manter o colchão de liquidez”.

Em seu cenário base, o especialista espera uma emissão grande em títulos com juros prefixados de curto prazo, as Letras do Tesouro Nacional (LTN), e vendas robustas de papéis atrelados à Selic, as Letra Financeira do Tesouro (LFT). Esse cenário, diz Ferez, visa a manutenção da rolagem da dívida para os próximos dois anos até que a economia estabilize e a política fiscal volte a ser mais restritiva para conter o déficit primário. Nesse caso, o colchão de liquidez seria preservado perto do volume atual de R\$ 540 bilhões.

Desta forma, a composição da dívida pública deve terminar o ano com 29,4% de títulos prefixados, 25,2% em papéis indexados a índices de preços e 41,2% em taxa flutuante, enquanto o prazo médio deve ser de 4,03 anos.

Neste caso, as participações de cada tipo de título ainda ficariam dentro do Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2020. Publicado no começo do ano, a estratégia do Tesouro previa parcela de 27% a 31% de prefixados e 23% a 27% de títulos indexados a índices de preços, enquanto papéis com taxa flutuante ficariam com 40% a 44%. Já o prazo médio estaria entre 3,9% e 4,1%.

Ferez aponta, assim, que a participação de títulos com taxa flutuante irá crescer em detrimento dos prefixados e índice de preços. “Esse será o desafio do Tesouro Nacional de manter a rolagem e o colchão de liquidez, já que se espera o encurtamento do prazo médio e aumento da parcela de títulos pós-fixados na dívida pública”, diz.

Em um quadro mais pessimista, o risco é que o caixa do Tesouro seja esgotado já em 2021. Isso viria com uma “extrema piora na situação econômica e financeira que acarretaria na procura por liquidez de curto prazo, as compromissadas. E, portanto, baixa demanda por títulos com taxa prefixada”, explica Ferez. Assim, haveria baixa colocação em várias modalidades de títulos, como LTN, LFT e NTN-B - este último indexado ao IPCA - e sem venda em NTN-F.

Vale dizer que, neste cenário, o esgotamento do colchão ocorreria em 2021 mesmo se houver a permissão para que o Banco Central repasse recursos ao Tesouro dos lucros com operações cambiais. De acordo com dados da autoridade monetária, o rendimento das reservas internacionais e da posição de swap cambial (equalização cambial) é hoje de R\$ 608 bi.

Em relação à dívida pública, o prazo médio de vencimento cairia para 3,31 anos, com alocação de apenas 27,6% em títulos prefixados, enquanto os títulos indexados a índices de preços responderiam por 26,3% da dívida. Já os papéis com taxa flutuante responderiam por 41,1%. Isso significa que o prazo médio ficaria abaixo do limite de referência definido pelo PAF de 2020, que indicavam intervalo de 3,9 anos a 4,1 anos.

A Renascença estima que o Produto Interno Bruto (PIB) terá uma contração de 10% em 2020, seguido de uma recuperação parcial de 4% em 2021. O resultado no ano que vem, diz Ferez, é mais explicado pela base de comparação extremamente enfraquecida em 2020 do que propriamente em virtude de um cenário auspicioso para o país.

Inclusive, as consequências da crise desencadeada pela pandemia tendem a ser dramáticas e terão alcance de médio e longo prazo, não devendo ser limitadas somente a 2020. Na avaliação dos analistas da casa, para o ano que vem, tendo como fio condutor, em especial, as consequências devastadoras da pandemia, enxergamos uma grave situação fiscal no país em meio a um rearranjo político que poderá se mostrar menos propenso à adoção de eventuais ajustes das contas públicas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS